

ATA

N.º 06/2024

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
16 de dezembro de 2024**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2024:**

---Aos **dezasseis** dias do mês de **dezembro** do ano **dois mil e vinte e quatro**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
António Maria Miranda Neves, em substituição de Celestino Cubelo Moraes,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélcio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio, em representação desta, bem como dos Vereadores:
António Sérgio Moreira Mano,



Luís António Sequeira Peixoto,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu, e
Joana Catarina Nóvoa Lima.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal Armando Luís Lopes Martins, tendo chegado pelas 20 horas e 50 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que o Senhor Deputado do PPD/PSD Celestino Cubelo Moraes, se fez substituir pelo Deputado António Maria Miranda Neves.

Antes de começar pediu permissão para proferir umas breves palavras, nos seguintes termos:

“Bem-vindos a mais uma sessão da Assembleia Municipal neste local, o Fórum Municipal Rodrigues Sampaio e será a última assembleia deste ano.

A última reunião que tivemos em setembro, foi a mais participada de sempre. Valeu bem a pena, porque as pessoas participaram e ao participarem tornaram mais viva a democracia.

Na verdade, a aproximação das instituições democráticas às pessoas, é um dos pilares da luta contra os extremismos e os populismos que crescem a olhos vistos na nossa sociedade. E crescem, porque muitas vezes cidadãos comuns, não se sentem representados. Todos temos que lutar para que se sintam representados, e representá-los bem, no melhor interesse de todos.

Como também disse há um ano, todas as sessões da Assembleia Municipal são importantes, mas a de hoje é-o em particular.

A vida é feita de ciclos e temos hoje mais uma vez, a apresentação e discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, um instrumento importante que reflete as linhas estratégicas de gestão municipal e com repercussão nas nossas vidas diárias.

Espero que seja uma oportunidade de debate com elevação e de esclarecimento sobre o estado e o futuro do nosso concelho.”-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de duração máxima daquela assembleia, de duas horas e meia, a três horas.-----

Informou ainda o público presente que as inscrições para intervenção do público já se encontravam encerradas, havendo já 12 inscrições, um verdadeiro recorde, pelo que, cada interveniente teria 2 minutos para colocar as suas questões e o Senhor Presidente da Câmara teria cerca de 10 minutos para responder.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de setembro de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024. -----

Não participou na votação o senhor deputado municipal Paulo Fernando Ferreira Teixeira, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não ter estado presente na sessão de 30 de setembro de 2024.-----

Não participou igualmente na votação o senhor deputado municipal Armando Luís Lopes Martins, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.^a Deputada Municipal Independente, Anabela Solinho, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia, mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Respetivos Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados,
Público em geral,*

No passado dia 7 de dezembro houve uma sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão e na mesma esteve presente uma Comissão de cidadãos moradores em Pedrinhas e Cedovém. Esta sessão foi extraordinária e objetivava instaurar uma providência cautelar, para parar o atual projeto da responsabilidade da Câmara Municipal e da APA, da Agência Portuguesa do Ambiente. Esse projeto é o projeto de recuperação e proteção dunar de Apúlia, e esta comissão, este movimento de cidadãos foi interlocutor e, tanto quanto se percebeu, o diálogo, que é fundamental nestas situações, não terá acontecido. Ele é importante, o diálogo entre a Câmara e os cidadãos apulienses, e esta comissão, este movimento em particular.



Desta assembleia saiu uma necessidade real de avaliação do projeto, isto para bem de toda a população, uma vez que o atual projeto, deverá ser consistente com a valorização do património material e imaterial, que são constantes naquele espaço e, ainda, com a capacidade económica desta zona envolvente.

Fica então a pergunta se o Município está disposto a dialogar com os interessados e a reavaliar o projeto.

Muito obrigada por toda a atenção.” -----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal, Mariana Viana, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Boa noite, Senhor Presidente da Mesa,
Boa noite, Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público em geral.*

Eu venho apresentar aqui 3 Votos de Pesar:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DAS VÍTIMAS DA “DANA”, FENÓMENO METEOROLÓGICO QUE AFETOU A REGIÃO DE VALÊNCIA, EM ESPANHA.-----

“Foi com surpresa e consternação que no passado dia 29 de outubro fomos surpreendidos com as notícias que davam conta da forte tempestade que se abateu na região de Valência, em Espanha.

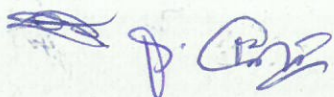
Um fenómeno meteorológico conhecido em Espanha por “DANA”, ou “gota fria” em português, que sob a forma de chuvas torrenciais provocou um lastro de destruição, tirando a vida a mais de duas centenas de pessoas e deixando largas dezenas de desaparecidos e toda uma população em sofrimento, desprotegida e desprovida das condições mínimas de sobrevivência.

Perante esta tragédia, das mais devastadoras ocorridas no continente europeu, os membros da Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião ordinária de 16 de dezembro de 2024, solidarizam-se com a população de Valência e com todo o povo espanhol, propondo a aprovação do presente voto de pesar em memória das vítimas de tão violento acontecimento. Propõem ainda, que do mesmo seja dado conhecimento à Embaixada de Espanha em Portugal.” -----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUI MANUEL RODRIGUES NEIVA.--

“Faleceu em Espanha, no passado dia 26 de novembro, Rui Manuel Rodrigues Neiva, de 37 anos de idade, que era natural da Freguesia de Antas do concelho de Esposende.

Rui Neiva residia na Freguesia de Palme, no concelho de Barcelos, e exercia a sua atividade profissional em Espanha.



A notícia do seu trágico falecimento apanhou todos de surpresa, e deixou transtornada toda a comunidade.

*Pelo que neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Rui Manuel Rodrigues Neiva**, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO DA COSTA CRUZ.-----

*“Faleceu no passado dia 13 de dezembro, **Fernando da Costa Cruz**, com 76 anos de idade e que era natural da Freguesia de Palmeira de Faro do concelho de Esposende.*

Fernando da Costa Cruz, pai do Dr. Fernando Cruz, Tesoureiro da Junta de Freguesias da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, era um homem bom, solidário e merecedor de grande estima no seio da sua comunidade.

A notícia do seu falecimento repentino apanhou todos de surpresa e deixou transtornada toda a comunidade.

*Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Fernando da Costa Cruz**, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otílio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

*“Ex.mo. Senhor Presidente e demais membros da Mesa,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Ex.mos. Senhores Vereadores,
Ex.mos. Membros da Assembleia Municipal,
Caros Presidentes de Junta,
Membros de apoio a esta Assembleia Municipal,
Estimado Público,*

O Grupo do PSD vem por este meio propor um Voto de Congratulação pela inscrição do novo Hospital de Barcelos no OE 2025:

4 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA INSCRIÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE BARCELOS NO OE2025.-----

“Ao longo dos últimos anos, temos vindo a apelar e revindicar, nesta Assembleia Municipal, através de moções e outro tipo de ações, para a necessidade de o Estado proceder à construção de um novo Hospital que sirva as populações de Esposende e Barcelos.

Uma reivindicação antiga das pessoas dos dois concelhos que sempre defendemos com total empenho e responsabilidade.

Com a aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2025, tomamos conhecimento de que finalmente este processo de construção do novo hospital foi inscrito no orçamento



apresentado pelo Governo.

Uma decisão sensata e uma promessa cumprida por parte do Governo da AD, que muito nos satisfaz e da qual nos congratulamos.

Trata-se de um ato de justiça e respeito demonstrado pelo atual Governo às populações de Esposende e Barcelos, que relevamos e aplaudimos pelo facto de assegurar a elaboração dos projetos do novo hospital e reconhecer assim a necessidade urgente de se promover a construção de tão importante equipamento.

Por isso, propomos que na reunião Ordinária desta Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2024, seja aprovado este voto de congratulação, e que do mesmo seja dado conhecimento ao Governo.”-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Público presente,

Antes de iniciar a minha intervenção quero em primeiro lugar felicitar os Senhores Presidentes de Junta, pela forma como, com responsabilidade e bom senso, souberam gerir o processo de Transferência de Competências do Município para as Juntas de Freguesias. Um processo que lhes permitiu concretizar a assinatura dos autos de transferência, fazendo com que, desde já, fruto dessa negociação com o município, este tenha permitido que as freguesias possam aceder a um aumento das suas verbas, por via da retroatividade da medida a janeiro deste ano, num montante global de cerca 190.000,00€.

Sobre todo este processo, temos apenas a lamentar que a U. Freguesias de Apúlia e Fão tenha ficado de fora desta decisão derivado do voto contra do PS e da LIPAF na Assembleia de Freguesia, inviabilizando assim, a proposta da Junta de Freguesia.

Em sentido inverso, temos que destacar a maturidade e a responsabilidade demonstrada pelo executivo da junta de Apúlia e Fão, que soube pôr os interesses das duas freguesias à frente dos interesses político-partidários, e de tudo ter feito para que Apúlia e Fão, desde já pudesse aceder a uma verba de cerca de 46.000,00 €, que tanta falta fazem para honrar compromissos efetivos com os seus recursos humanos, mas também, para corrigir a gestão desastrosa que herdou do anterior executivo liderado pelo PS e alguns membros da LIPAF.

E esta é uma questão de primordial importância, porque, está em causa a sustentabilidade financeira das duas freguesias. E por isso, esperamos agora que o bom senso venha a prevalecer numa próxima votação deste assunto.

Não podem aqueles que, pela sua gestão irresponsável e que colocou as duas freguesias em dificuldades financeiras, serem os mesmos que impedem que se resolvam agora, os problemas por si criados. As pessoas de Apúlia e Fão não merecem isso. Merecem mais respeito, e por isso exigem mais responsabilidade da parte quem os representa, nomeadamente do PS e da LIPAF que têm responsabilidade direta no estado em que as duas freguesias atualmente se encontram.

Dizer ainda, que sobre este assunto, para quem faz bandeira política com a questão da desagregação das freguesias e não entende que este processo da transferência de competências, forçosamente, terá que ser revisitado no futuro, não só está a prejudicar as duas freguesias, como também revela uma total falta de capacidade política e visão estratégica.

E por isso, quero aqui, em nome do grupo político do PSD de Esposende, felicitar todo o executivo da junta de freguesia de Apúlia e Fão e os membros do PSD da Assembleia de Freguesia, pela disponibilidade, seriedade e importância com a qual encarou este assunto, estando sempre do lado das pessoas da União de Freguesias, e do lado da solução deste problema, que outros do PS e da LIPAF, criaram, mas que agora se recusam a querer contribuir para a sua resolução.

*Senhor Presidente,
Senhores Deputados
Senhores Presidentes de Junta.*

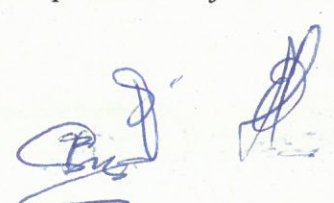
Dito isto, entrando agora na intervenção política, dizer que sendo este o momento em que se discutem e aprovam os orçamentos, seja do Estado ou das Autarquias locais, antes de direccionar a minha intervenção para o orçamento municipal, quero aqui deixar algumas reflexões sobre aquele que foi o processo de aprovação do Orçamento de Estado para 2025.

Falando sobre a sua aprovação na generalidade, dizer que lamentamos a infeliz encenação levada a cabo pelo PS e pelo Chega, que, com as sucessivas ameaças de chumbo do orçamento, foram deixando pairar no ar a possibilidade de eleições antecipadas, demonstrando mais uma vez, a falta de sentido de Estado e o populismo que tão bem caracteriza os seus líderes. Uma atitude que cria instabilidade e afetou a credibilidade de um documento tão importante como é o Orçamento de Estado.

O mesmo aconteceu na votação na especialidade, onde mais uma vez, numa tentativa de “salvar” a face e tentar sobreviver politicamente à derrota da votação na generalidade, o PS e o Chega procuraram as já habituais alianças negativas a que nos têm habituado nas votações na Assembleia da República. Fizeram-no para desvirtuar um orçamento construído para resolver os problemas criados pela governação socialista, e cujo mérito desse orçamento, está no crescimento económico, por via de melhores salários, e na consequente melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

Felizmente, e em contraponto a esse tipo de manobra política, Luís Montenegro, com o sentido de Estado que todos lhe reconhecem, acabou por gerir todo o processo negocial do orçamento, com responsabilidade e sempre no superior interesse dos portugueses. E por isso, acabamos por ter um orçamento justo e alinhado com o programa de Governo. O que para nós representa o garante que da estabilidade governativa de que o país necessita está verdadeiramente assegurada.

E por isso, Sr. Presidente, dizer-lhe que, sobre esta forma, errada, de fazer política por parte da oposição, ou seja, de não respeitar a vontade do povo e quem governa, criando instabilidade e indecisão nas políticas praticadas, não será, com toda a certeza, o caminho a seguir num país que se quer livre e democrático. Principalmente neste ano em que se celebram os 50 anos sobre o 25 de Abril. Importa por isso lembrar que a democracia não se apregoa, mas pratica-se. E é isso que se espera por parte dos responsáveis políticos, sejam eles nacionais ou locais.



Senhor Presidente,
Senhores Deputados
Senhores Presidentes de Junta.

Falando agora do orçamento municipal, de uma forma sucinta, quero em nome do grupo político do PSD nesta Assembleia, felicitar o Sr. Presidente da Câmara, Guilherme Emílio, e o seu executivo, pela forma como, em pouco mais de dois meses conseguiu, não só dar continuidade ao excelente trabalho que vinha sendo feito, como teve a competência para construir um orçamento que, na esfera do município e considerando o excedente orçamental previsível para 2024, ascende a mais de 68 milhões de euros.

Um orçamento realista do ponto de vista do seu rigor e equilíbrio financeiro, mas também e sobretudo realista pela forte aposta que lhe está subjacente no reforço do investimento nas freguesias, trazendo maior proximidade e coesão territorial, enquanto acrescenta investimento nas pessoas, nas infraestruturas, no setor social, na educação na habitação e na saúde.

Apesar dos tempos difíceis que ainda vivemos por força da incerteza que ainda paira na economia por via da inflação derivada dos conflitos armados que ainda subsistem na Europa e no Médio-Oriente, é importante destacar o equilíbrio financeiro que este orçamento municipal apresenta. Nomeadamente, cumprindo com os compromissos da execução dos grandes projetos financiados pelo PRR, e mantendo no seu PPI um forte investimento nas freguesias e nas suas necessidades. E por isso, está uma vez mais de parabéns, Sr. Presidente Guilherme Emílio.

Dizer-lhe ainda, que reconhecemos em si, através deste orçamento e do seu saber estar, o rigor e o humanismo que tão bem o caracteriza e que, para nós, são o garante de que os esposendenses esperam de si: alguém com sentido de responsabilidade e sentido democrático, preocupado com as pessoas, com as freguesias e com o concelho no seu todo.

De salientar ainda sobre a elaboração deste orçamento a participação dos partidos políticos com assento nesta Assembleia Municipal e que, desafiados pelo executivo, e no cumprimento da lei, se associaram ao processo, dando os seus contributos, como aconteceu com o PSD e o PS, e o CDS. E também por isso, Sr. Presidente, está de parabéns.

Falando agora sobre o impacto que os impostos têm sobre os documentos previsionais, destacamos o facto de se manter a opção na baixa carga fiscal no concelho. Manter o IMI no mínimo, dando benefícios fiscais por via da requalificação urbana e ajudar as famílias por via do IMI familiar, que se mantém inalterado, é para nós fundamental para garantir justiça social e equilíbrio no contributo que é dado pela população do concelho por via dos impostos que entregam ao município.

Sendo certo que a ideia de aportar uma penalização a prédios devolutos para incentivar a sua requalificação, possa vir a ser um caminho a seguir no futuro, entendemos, contudo, que face à conjuntura que ainda se vive a nível financeiro e que não será a mais favorável para as famílias, manter a taxa de IMI no seu mínimo legal para todas as situações é, para nós o mais sensato no momento atual.

Por outra via, e agora no que às empresas diz respeito, a continuação na aposta de inexistência de Derrama no concelho de Esposende, permitirá manter a trajetória de atratividade e fixação de novas empresas no concelho, incentivando assim ao investimento empresarial no nosso território.

Inevitavelmente, e como tem vindo a ser bandeira dos partidos da oposição no concelho de



Esposende, que defende à devolução de IRS através da redução da taxa variável devolvida aos municípios, continuamos a entender que este não é o momento para se reduzir essa taxa e mexer nessa receita.

Pois está em causa a redistribuição de montantes entregues pelos que mais recebem por aqueles que menos ganham através de mais investimentos e melhores serviços para todos.

Não pretendemos ser populistas. Somos responsáveis e por isso defendemos que cabe ao Estado, que fica com 95% do valor arrecadado em sede de IRS, devolver rendimentos aos portugueses e não às autarquias que apenas têm 5% desses montantes para reinvestir diretamente nas pessoas.

Principalmente agora que temos que lidar com as delegações de competências nas áreas da saúde e educação cujas verbas transferidas pelo Estado não chegam para honrar os compromissos com os recursos humanos e manter o investimento na requalificação e conservação dos equipamentos que acompanharam a transferência de competências.

*Senhor Presidente,
Senhores Deputados
Senhores Presidentes de Junta.*

Antes de terminar, não posso deixar de me dirigir à Câmara Municipal falando da sua ação governativa desde a última sessão da Assembleia ocorrido no passado mês de setembro.

Já aqui fiz referência à importância que o executivo dedica às políticas de proximidade no orçamento municipal, através da forte aposta prevista para 2025 no reforço do investimento nas freguesias e nos apoios prestados às pessoas do concelho.

E nesse sentido, para além do montante transferido para as juntas de freguesias ao abrigo da assinatura dos autos de transferência de competências que como aqui já referimos, ascendeu a cerca de 190.000,00 €, permita-me Sr. Presidente da Câmara, que uma vez mais felicite o seu compromisso com a matriz humanista que caracteriza o PSD e que tão bem o define, nomeadamente pela decisão de atribuir às pessoas, ao longo destes últimos 3 meses, por via das Juntas de Freguesias e das diversas instituições do concelho, apoios significativos e que têm contribuído de forma mais evidente e decisiva para a melhoria das condições de vida das pessoas, mantendo dessa forma, a equidade e a coesão territorial necessária para se continuar na senda do desejável desenvolvimento sustentado do concelho. Aproveito por isso a oportunidade de lhe perguntar Sr. Presidente da Câmara que montantes foram transferidos para as juntas de freguesias e instituições do concelho desde que assumiu as funções de Presidente da autarquia?

Ainda na avaliação da sua governação, dizer-lhe Sr. Presidente da Câmara, de que foi com agrado que registamos a sua preocupação com as questões ambientais e, mais uma vez, ter procurado sensibilizar os Governantes, desta vez através da comissão de ambiente da Assembleia da República aquando da sua visita a Esposende no passado mês de outubro, nomeadamente para o problema da erosão costeira e para a necessidade da construção da Barra.

Contrariamente aos que teimam em querer travar a defesa da nossa costa e as medidas de proteção de pessoas e bens que o município reivindica junto do Estado através do apelo ao financiamento para implementação dos projetos da Barra e de Cedovém e Pedrinhas, outros, teimam em querer manter tudo na mesma, e procuram com providências cautelares, travar esses mesmos projetos.



Termino Sr. Presidente, dando os parabéns ao executivo pela organização da 14ª Gala do Desporto que premiou atletas, treinadores e árbitros, demonstrando o imenso talento que reside no nosso concelho, o que também é revelador do forte investimento feito pelo município na área do Desporto para que também através dele, o nome de Esposende corra o mundo, como tem vindo a acontecer ao longo dos anos. Parabéns à Câmara Municipal, e nesta área em particular, felicitar o Sr. Vereador do desporto, o Dr. Rui Losa que tem feito um trabalho muito meritório à altura dos nossos campeões.
Obrigado, Sr. Presidente. -----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exmos.

*Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses aqui presentes,*

Senhor Presidente se me permite eu ia começar aqui a minha intervenção com uma perplexidade, isto porque, ao longo de 3 anos aqui que levamos de assembleias, por diversas vezes aqui, nesta fila, onde se senta o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, por várias vezes ouvimos dizer que, bom, os feitos alcançados, isto não se deve a A nem a B, isto é um trabalho de equipa e por isso, é com estranheza que verifico, que, se o Grupo Parlamentar do PSD, se na última assembleia, afoito foi na apresentação de um voto de congratulação ao arquiteto Benjamim Pereira, então de saída da Câmara Municipal, não o fez agora relativamente à Vereadora Alexandra Roeger também, que saiu do executivo.

Não percebo, porque se era uma equipa todos têm igual validade, mas pelos vistos não afinal, ou pelo menos o grupo parlamentar do PSD assim não o entendeu. E por isso, já que o parlamentar não quis, ou esqueceu-se, enfim, nós, o grupo parlamento do CDS, aqui queremos deixar uma palavra de registo à engenheira Alexandra Roeger, não só por ter sido uma brilhante vereadora destacadíssima, de qualidades sobejamente reconhecidas, como também, pelo seu relacionamento de grande cordialidade para com os membros desta assembleia.

Fica a nota!

Isto posto e permitam-me que por instantes volte novamente à sessão da Assembleia Municipal de Apúlia, porque, então, nós colocamos uma questão que até hoje permanece por responder e, que entendemos pertinente e como tal, voltamos a colocá-la e que é a seguinte: para quando a instalação de um jardim de infância na Freguesia de Antas, que sirva a comunidade? Que diligências concretas, se é que as há, estão a ser feitas nessa matéria?

Isto posto Senhor Presidente da Câmara, já aqui aflorado pelo Senhor Arquiteto António Morgado, no dia 21 de outubro recebeu aqui a visita da Comissão do Ambiente e Energia, da Assembleia da República e, sabemos pelas notícias vindas a público, que o Senhor Presidente aludiu ao estudo técnico contratado pelo Município e apresentado em fevereiro de 2022. Ainda em fevereiro deste ano, o grupo parlamentar do CDS em sessão da Assembleia, questionando o então Presidente Benjamim Pereira, sobre o estado do estudo, o Presidente então afirmou a



certa altura e passo a citar: “de uma certa forma houve um abandono do processo a partir de uma determinada altura” e gostaria, pois, de perguntar ao Senhor Presidente, que garantias recebeu da Comissão nesta matéria. Isto porque sabemos que pelo menos até outubro do próximo ano vamos ter um Governo e, portanto, era bom que o processo conhecesse um avanço concreto, uma vez que, o município aliado à universidade, já fez o seu trabalho de casa e, portanto, agora é a altura de o Governo dar uma resposta, porque o mar, esse, nunca pára. Senhor Presidente da Câmara fazendo uma breve incursão à Vila de Fão, gostaríamos de colocar duas questões: primeira, a proposta de demolição do bar do Fojo, que já adquiriu contornos verdadeiramente rocambolescos, qual é o ponto de situação à data de hoje e, no que respeita aos trabalhos de requalificação da ponte de Fão, gostaríamos de saber qual foi o último ponto de situação transmitido pela IP ao Município, quanto à conclusão da intervenção, pois o prazo avançado de 1 ano, já lá vai.

Continuamos em Fão, na bela vila de Fão, para saudar o Executivo por mais uma bem-sucedida Gala de distinção de Mérito Desportivo, mas como “não há bela sem senão”, a realização da Gala, implicou novamente privar dezenas de atletas de patinagem das suas aulas e treinos durante uma semana. Ainda neste fim de semana também, a escola de música de Esposende realizou um Concerto de Natal no Auditório Municipal, em duas sessões sucessivas, por forma a que todos quando quisessem assistir, pudessem assistir ao evento, uma vez que, o Auditório por si não tinha capacidade para albergar todos quantos quisessem assistir de uma só vez. Isto que se passa em Fão, com a Gala do desporto ou no auditório com a música e outros eventos culturais, é, no fundo, o reflexo, infelizmente, da triste realidade de Esposende, que, ao cabo de quase um quarto de século, que estamos quase a cumprir deste século, não disponha ainda de um verdadeiro espaço Multiusos, para a realização de eventos e espetáculos, desde o desporto à cultura.

Enquanto esposendense é com tristeza, eu que, adoro desporto, vejo que, há Final Force ou supertaças do andebol, de voleibol, de basquetebol, do futsal em Viana, na Póvoa, em Barcelos e, aqui em Esposende nunca aconteceu nada.

Do mesmo modo concertos musicais, ainda no fim de semana passado, quem passasse por Ponte de Lima, é só ver os cartazes a anunciar concertos no inverno.

O mesmo se passa em Arcos de Valdevez.

Dando um pulo até Gemeses, queríamos questionar o executivo sobre como está o estado da construção de uma ponte pedonal e ciclável na zona da Barca do Lago, uma vez que, a brincar, a brincar, no próximo mês de janeiro, vão-se assinalar dois anos desde o anúncio mediático de tal obra de regime.

Uma última nota a propósito da intervenção do arquiteto António Morgado, sobre a questão da taxa do IRS e do populismo, senhor arquiteto eu não enfió essa carapuça, porque como bem sabe, o município de Esposende, a taxa de IMI que aplica é igual para todos, tanto para os que têm habitação própria e permanente, como os que têm habitação secundária e aquilo que tem sido a posição do CDS é que, o Município deveria aplicar uma taxa diferenciada, ou seja, agravar a taxa de IMI para quem tem habitação secundária e compensar esse acréscimo com uma diminuição proporcional da taxa do IRS que assim beneficiaria todos os esposendenses com habitação própria e permanente.

Termino desejando um Santo Natal a todos os membros desta assembleia, bem como, votos de um Feliz Ano 2025.

Muito obrigado!”-----



Intervieio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia,
todos os elementos da mesma,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
demais autarcas,
Ex.mo Público,*

Muito boa noite!

Ao jeito de um final de ano, é natural que se faça um resumo ou balanço dos acontecimentos e se registem algumas observações.

Desde o ano de 2024 fiz muitas partilhas de opinião com cidadãos do concelho e na maioria, a unanimidade foi esta, na nossa Câmara Municipal o ano de 2024 foi uma coisa nunca vista, foi um ano incrivelmente farto em anúncios de grandes feitos, lançamentos de obras, apresentações de projetos, inaugurações, comemorações e condecorações orçamentais, orçamentos, adjudicações, enfim, um ano como nunca se viu, embora 2024 seja apenas uma parte do melhor mandato de sempre, como disse o então Presidente Benjamim Pereira. Porque a ser assim, então 2025 vai ser brutal!

Sim, Benjamim Pereira foi a voz que conquistou a atenção dos munícipes com tanta obra, que até pareceu que a maior parte seria virtual, pois parecia que não haveria tempo que chegasse para tudo. Aliás, apareceu o único visionário com expectativas nunca antes tidas por ninguém, ou melhor, inalcançáveis por alguém, a não ser ele.

Mas com tudo isto, vazou, como diz o povo. E subitamente, parece que tudo parou. É que realmente, de tudo o que foi anunciado, nada se vê concluído, a não ser o Lisa, IPCA, assim como parece que se acabaram as palmas.

Bem, Benjamim Pereira deixou-nos garantidamente os Presidentes de Junta muito mais qualificados, mais competentes. Mas deixou também um cenário que eu e muitos dos munícipes nos perguntamos, e agora a quem batemos palmas?

Será que os Presidentes de Junta receberam competências e continuarão a bater palmas a Guilherme Emílio, com a mesma determinação e que, tal como acontecia, espero que continuem a demonstração de lealdade.

Como é que o Presidente Guilherme Emílio em menos de 1 ano dará conta de tudo isto?

E os estudos mandados fazer, mas que terão de ser pagos antes da obra?

Bem, eu nada tenho contra ninguém, e tenho-vos a todos como gente de ponderação, mas confesso que no tempo que têm, até final do mandato, vão precisar da ajuda de todos os deuses.

Espero que em 2025 por via de inimagináveis teorias, não apareça por aí alguma engenharia ou arquitetura à Benjamim Pereira, para complicar todas as estratégias político-partidárias ou candidaturas autárquicas, para as próximas eleições.

Embora o executivo possa falhar na execução de competências, competentes há, e para o desempenho político, então humildemente reconheço haver pessoas acima da média como por

exemplo o arquiteto António Morgado, o empresário Mário Fernandes, o Dr. Mário Rui Losa, o Dr. Sérgio Mano, o Dr. João Figueiredo, o Dr. Paulo Marques, etc.

Note-se que haver competências não é bem a mesma coisa, que haver competentes.

Posto isto, desde já dirijo ao Senhor Presidente Guilherme Emílio, votos de um Feliz Natal e um Próspero Ano de 2025.

Ao Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Carlos Silva e Assembleia, Feliz Natal e Próspero Ano Novo.

Como não podia deixar de ser, desejo a todos os presentes um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Muito boa noite, obrigado!" -----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Muito boa noite a todos, como eu tenho pouco tempo para falar, vou tentar ser o mais sucinto possível.

O Senhor arquiteto Morgado como sempre, brindou-nos com a classe de intervenção laudatória do poder, do Presidente da Câmara, aliás o Senhor arquiteto Morgado está aqui numa posição um bocado peculiar, porque é em simultâneo o líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal, o órgão que por competência legal tem de escutinar o executivo e ao mesmo tempo, é o Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, do executivo que ele devia escutinar. Portanto, é aqui uma espécie, como diria a Ivone Silva, a Olívia patroa e a Olívia empregada, umas vezes veste um fato, outras vezes veste outro e deve ser aí às vezes, um conflito muito grande porque, por um lado quer criticar o executivo, mas não pode e por outro, quer defender o executivo das críticas de si próprio, e, portanto, deve ser assim um bocado bipolar. Mas, essa situação, estamos na brincadeira, mas que é muito séria, acho que seve ser caso único a nível nacional e num regime democrático com 50 anos, é um bocado atípico, o líder da bancada de um partido do órgão que escrutina o executivo, ser ao mesmo tempo Chefe do Gabinete do Presidente do executivo que é escrutinado.

E o Senhor arquiteto Morgado fez há pouco uma afirmação que eu concordo, não sei memorizar exatamente, mas disse: "a democracia não é algo que se proclame, é algo que se exercita". Qualquer coisa deste género, mas que eu concordo plenamente e deve começar por fazer isso relativamente às decisões dos eleitos da Assembleia de Freguesia de Apúlia e Fão.

Tem que respeitar as pessoas, tem que respeitar os eleitos, isso é que é ser democrático, porque senão, vem aqui fazer proclamações que não as exercita. Aliás, passou metade do tempo a falar de Apúlia e Fão e a falar do Governo e do PS, quando o Município está cheio de problemas para resolver e nem uma palavra sobre isso.

Lançou a candidatura do Senhor Presidente da Câmara, Guilherme Emílio, às próximas eleições. Mas depois, tem de pensar que tem que falar dos problemas do Município.

Que há aqui uma situação, que é um elefante dentro da sala, que até agora ninguém falou, andamos para aqui a falar de nomes, de trinta por uma linha e ninguém falou da questão da desagregação das Freguesias, nomeadamente de Apúlia e Fão.

A de Fonte Boa e Rio Tinto, nós já sabíamos que não passava, porque Rio Tinto não tinha o número de eleitores suficiente para ser autonomizada. Quando se votou aqui, já toda a gente sabia disso. Agora, Apúlia e Fão tinha todos os critérios, mas agora não tem, há aquela questão relativamente à divergência orçamental e, portanto, a Câmara de Esposende e o

Senhor Presidente da Câmara de Esposende, que constituiu uma comissão de juristas, que avocou um processo que não era dele, que era das freguesias, que deu uma entrevista à RTP em janeiro de 2022, a dizer que ia controlar tudo, ia ser uma maravilha, ia ser tudo aprovado e depois esqueceu-se de monitorizar a situação das freguesias para garantir que todos os processos de desagregação fossem aprovados.

O Senhor arquiteto já induziu aqui, que amanhã quando houver a votação, que não vai ser aprovado, o arquiteto disse assim: "o assunto de Apúlia e Fão tem que ser mais tarde revisitado". Portanto, já insinuou que não é para amanhã, mas era bom que fosse amanhã, porque só depende do PSD. Porque foi o PSD e o Chega, na última quarta-feira, que votaram contra. Não sei se viu isso, veio no Jornal de Notícias de hoje. E, portanto, era importante que o PSD assumisse aqui, o Senhor Presidente da Câmara, que dentro do seu partido, até porque é um deputado deste distrito, de Famalicão, que está à frente da comissão, que é o Dr. Jorge Oliveira, salvo erro, ele é que está à frente da comissão, era importante que garantissem que amanhã Apúlia e Fão, visse aprovado o processo de desagregação. E desse assunto ninguém falou, parece que estamos aqui perante uma coisa menor, isso é uma coisa central para o desenvolvimento do concelho, é uma coisa importantíssima para Apúlia e Fão, muito mais importante que todas as outras conversas que andamos aqui a ter, porque isso tem consequências para gerações. E, portanto, não pensemos que se não for aproveitada esta oportunidade, que mais tarde se volta atrás. Porque já para conseguir esta, sabe Deus o que custou e por isso, ou se aproveita agora a oportunidade, ou será muito difícil que Apúlia e Fão mais tarde se separem. E se há freguesias que foram juntas à força, à pressão, pelo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, não esqueçamos isso, se há junção particularmente absurda, é a de Apúlia e Fão.

Apúlia e Fão não têm nada para estarem juntas, nada, isso não quer dizer mal de uma, nem mal de outra, não têm nada, são completamente diferentes.

Era uma União completamente frustrada, que nunca devia ter existido.

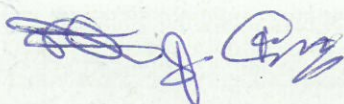
Para terminar só gostava de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com a questão do IPCA, foram feitas as instalações novas do IPCA, tem aquele parque de estacionamento e não foi feita uma zona de estacionamento de transportes públicos. O que significa que o autocarro quando vai para Barcelos, chega ali para entrarem e saírem pessoas e bloqueia completamente o trânsito.

Não tem sentido uma obra nova, ainda por cima numa via que dá ligação a uma zona empresarial, não lhe chamo industrial porque aquilo foi completamente abastardado era para ser industrial, mas depois outros interesses falaram mais alto, mas essa questão, devia ser colocada, devia ser pensada uma solução, para que tivesse ali uma baía de estacionamento, para que os carros continuassem a circular e com segurança, entrassem e saíssem passageiros.

Quanto à questão dos impostos, e dos méritos todos do PSD e da Câmara dos impostos, eu vou guardar para o momento próprio, porque quer o Orçamento, quer os impostos, vão ser aqui discutidos e nessas declarações de voto eu me referirei a essas questões.

Muito obrigado Senhor Presidente."-----

Por último interveio o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado 3 Votos de Louvor:



5 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE MANUEL DE BRITO FERREIRA.-----

“O Padre Manuel de Brito Ferreira, nasceu em Vila Mou, em Viana do Castelo, a 29 de julho de 1949.

Ao serviço da comunidade, assumiu as suas funções de pároco de S. Paio de Antas, do Arciprestado de Esposende, em 24 de março de 1976, de onde foi dispensado da paroquialidade em 21 de julho deste ano.

No Arciprestado de Esposende, o Padre Manuel de Brito Ferreira foi também pároco de São João Batista de Vila Chã e de Santa Marinha de Forjães.

Atualmente, mantém-se nas funções que lhe foram confiadas nas paróquias de S. Pedro de Fragoso e de Nossa Senhora da Expectação de Tregosa, ambas do Arciprestado de Barcelos.

Ao longo do seu percurso, foi Prefeito de estudos no Seminário Menor de Nossa Senhora da Conceição em Braga, e lecionou na Escola Secundária de Vila Nova de Cerveira, no Seminário de Santiago em Braga, no Externato Liceal de Lanheses, e na Escola de Forjães, no concelho de Esposende.

Nas escolas onde lecionou, marcou a sua ação fomentando o melhoramento das estruturas e promoveu múltiplas atividades nas paróquias e comunidades estudantis.

Em 1976, refundou o jornal paroquial “Voz de Antas”, e, nesse ano, fundou a JAEOCA (Juventude Agrária Estudantil Operária Católica de Antas), movimento que se destacou em diversas vertentes, desde a cultura ao desporto.

Refundou, ainda, o Escutismo em 1977, e reorganizou a Conferência Vicentina em auxílio dos mais carenciados.

Ao longo de toda a sua vida, tem apoiado muitíssimas causas missionárias, nomeadamente em África, América do Sul e Ásia.

Assim, durante meio século de vida dedicada à comunidade, o Padre Manuel de Brito Ferreira, celebrou as suas bodas de ouro sacerdotais a 13 de junho deste ano, tendo sido agraciado com a Medalha de Mérito Municipal do município de Esposende, no dia 19 de agosto, pela forma como desempenhou o seu papel pastoral e contribuiu para a construção de uma obra incomensurável de apoio comunitário, social e espiritual, nomeadamente na paróquia de São Paio de Antas.

*Por tudo que representa neste domínio para o concelho de Esposende e para as comunidades por onde passou, em particular na paróquia de São Paio de Antas, os membros da Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião ordinária de 16 de dezembro de 2024, propõem deliberar a atribuição de um voto de Louvor ao **Padre Manuel de Brito Ferreira**, pelos anos de serviço pastoral nas paróquias de S. Paio de Antas, de São João Batista de Vila Chã e de Santa Marinha de Forjães.*

Propondo-se, ainda, que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio, aos Conselhos Económicos da Fábrica da Igreja de S. Paio de Antas, de São João Batista de Vila Chã e de Santa Marinha de Forjães, bem como ao Arcebispo Primaz de Braga Dom José Cordeiro.” ----

6 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE MANUEL DOMINGOS SAMPAIO VIANA.-----

“O Padre Manuel Domingos Sampaio Viana, nascido em 27 de dezembro de 1961 na freguesia de Antas do concelho de Esposende de onde é natural, ordenou-se padre no dia 5 de julho de 1986.

O Padre Manuel Domingos Sampaio Viana, dedicou-se ao longo do seu percurso sacerdotal,



com devoção e paixão à fé e à sua missão pastoral, estando sempre disponível para ajudar o próximo.

Em 18 de julho de 2009, foi nomeado pároco de São Tiago de Feitos, no Arciprestado de Barcelos, onde se mantém até aos dias de hoje.

Em 15 de julho de 2012, o Padre Manuel Domingos Sampaio Viana, tomou posse como pároco de São Bartolomeu do Mar, no Arciprestado de Esposende, onde ao longo de 12 anos foi merecedor de todas a estima e admiração por parte da comunidade da Freguesia de Mar.

Mais tarde, foi nomeado Administrador Paroquial de Santo André de Palme, no Arciprestado de Barcelos, e em 2020, chegou à paroquia de São Tiago de Aldreu, também do Arciprestado de Barcelos, onde se mantém como pároco na atualidade.

A par da sua atividade sacerdotal, o Padre Manuel Domingos Sampaio Viana, dedicou-se também ao ensino e à escrita, onde lecionou no Colégio D. Diogo de Sousa e foi correspondente do Jornal Diário do Minho durante alguns anos.

Homem determinação, altruísta e dedicado, o Padre Manuel Domingos Sampaio Viana, impôs-se à estima e consideração de toda a população do concelho de Esposende e da Freguesia de Mar em particular.

Por tudo que representa para as comunidades por onde passou, os membros da Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de dia 16 de dezembro de 2024, propõem deliberar a atribuição de um voto de Louvor ao Padre **Manuel Domingos Sampaio Viana**, pelos anos de serviço pastoral na paroquia de São Bartolomeu do mar.

Propondo-se, ainda, que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio, ao Conselho Económico da Fábrica da Igreja de São Bartolomeu do Mar, bem como ao Arcebispo Primaz de Braga Dom José Cordeiro.”-----

7 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE DELFIM DUARTE FERNANDES.-----

“O Padre **Delfim Duarte Fernandes**, celebrou no passado dia 26 de setembro, 25 anos de serviço pastoral na paróquia de Santa Maria do Anjos, em Esposende.

Desde que tomou posse, em 26 de setembro de 1999, o Padre Delfim, tem sido um exemplo de dedicação, fé e perseverança. E ao longo destes 25 anos, o seu compromisso com a missão e o seu amor pela comunidade falaram sempre mais alto.

Homem determinado, o Padre Delfim Fernandes é admirado na comunidade pela sua dedicação, mas também, pela sua imensa atividade pastoral, que se estende desde a catequese, aos jovens, ao pão da amizade, ao CPM, aos grupos de acólitos e de leitores, ao apoio às comissões de festas e confraria, ao CNE, e à irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

Esta dedicação à comunidade e à atividade pastoral não se esgota no serviço à igreja. Na sua atividade como professor de Educação Religiosa e Moral Católica, o Padre Delfim Fernandes, vive a escola e o ensino com a mesma paixão, o mesmo compromisso e o mesmo espírito de missão.

Capelão da Corporação de Bombeiros Voluntários de Esposende, ao longo destes 25 anos de serviço à igreja, o Padre Delfim Fernandes, além de servir a paróquia de Santa Maria dos Anjos em Esposende, serviu ainda, as paróquias de São Miguel de Apúlia, São Paio de Fão, Divino Salvador de Fonte Boa, Santa Marinha de Rio Tinto e São João Baptista de Vila Chã. Foi nomeado Pároco in solidum de São Martinho de Gandra e São Miguel de Gemeses, integrando a Unidade Pastoral de Esposende – Centro Sul, na qualidade de moderador.

Exerceu também as funções de Arcipreste de Esposende, que desempenhou com grande sabedoria e comunhão com a comunidade.

Pelo que os membros desta Assembleia Municipal, na reunião ordinária de dia 16 de dezembro de 2024, propõem deliberar a atribuição de um voto de Louvor ao Padre Delfim Duarte Fernandes, pelos seus 25 anos de serviço pastoral na paróquia de Santa Maria do Anjos em Esposende.

Propondo-se, ainda, que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio, ao Conselho Económico da Fábrica da Igreja de Santa Maria do Anjos, e ao Arcebispo Primaz de Braga Dom José Cordeiro.-----

Prosseguiu com a sua intervenção política, por dispor ainda, de tempo da sua intervenção inicial, nos seguintes termos:

“Ao Senhor dr. Francisco Melo, agradecer as suas palavras, dizer-lhe que, a gestão do calendário e a gestão daquilo que diz respeito ao Grupo Parlamentar do PSD, somos nós que a fazemos, não é o CDS, agradeço as palavras elogiosas à engenheira Alexandra Roeger, mas nós, como sabe, efetivamente o PSD tem uma equipa no seu executivo, tinha uma equipa e continua a ter uma equipa e a engenheira Alexandra continuará a fazer parte dessa equipa, por muito, muito tempo.

Quanto ao Senhor Marcelino, se tivéssemos que medir a evolução do concelho pela competência das suas palavras, estaríamos mesmo, mesmo, mesmo muito mal. Por isso, fica aqui esta resposta.

E relativamente ao Dr. Tito, obrigado Senhor Dr. passou a ser a pessoa que me elogia mais, nesta assembleia municipal, portanto, um agradecimento especial, tornou-se no meu maior adepto, vou ter que pagar bem por isso.

Muito obrigado!”-----

De seguida, pelas 21 horas e 25 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os Votos apresentados.-----

Pelas 21 horas e 30 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos Votos de Pesar, de Congratulação e de Louvor apresentados, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DAS VÍTIMAS DA “DANA”, FENÓMENO METEREOLÓGICO QUE AFETOU A REGIÃO DE VALÊNCIA, EM ESPANHA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, PELAS VÍTIMAS DO FENÓMENO METEREOLÓGICO QUE AFETOU A REGIÃO DE VALÊNCIA, EM ESPANHA.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR,



ENDEREÇANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS ÀS DIGNÍSSIMAS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS, ATRAVÉS DA EMBAIXADA DE ESPANHA EM PORTUGAL.-----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUI MANUEL RODRIGUES NEIVA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, PELO FALECIMENTO DE RUI MANUEL RODRIGUES NEIVA.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, ENDEREÇANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS ÀS DIGNÍSSIMAS FAMÍLIAS.----

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO DA COSTA CRUZ.----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, PELO FALECIMENTO DE FERNANDO DA COSTA CRUZ.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, ENDEREÇANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS ÀS DIGNÍSSIMAS FAMÍLIAS.----

4 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA INSCRIÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE BARCELOS NO OE2025.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 3 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, PELO FACTO DE, AGORA, PELA MÃO DO GOVERNO DA AD, FINALMENTE SE VER INSCRITO NO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2025 A CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE BARCELOS QUE SERVIRÁ TAMBÉM A POPULAÇÃO DO CONCELHO DE ESPOSENDE.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE CONGRATULAÇÃO AO GOVERNO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra porque inscrições orçamentais, não passam de meras intenções, como basta ver no Orçamento Municipal, todos os anos inclui obras que não são feitas e transitam de anos para anos. Votaremos um Voto de Congratulação quando o hospital estiver feito, aí sim, nós estaremos de acordo.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“A minha votação é no sentido da abstenção, porque, na verdade congratulo-me pela construção do hospital, mas o texto do voto, parece-me estar demasiado politizado.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A construção do novo hospital é uma bandeira à qual o CDS se associou desde o primeiro momento neste mandato, com muito gosto e acompanhamos todas as ações e diligências que visem pressionar o poder político para a construção e, a inscrição no Orçamento é, mais um pequeno passo. No entanto, julgamos que é redutor, nesta fase, depois de tantos anos sem o processo conhecer qualquer evolução, entendemos dizia eu, que é redutor, um regozijo por uma mera inscrição no Orçamento, pois como dizia ainda há pouco o líder do PS, do Orçamento à execução, vai um longo caminho, que pode não acontecer e por isso julgamos preferível reservar esse Voto de Congratulação, não vamos tão longe para a construção, mas, com o lançamento pelo menos, da primeira pedra, aí sabemos que, não haverá volta atrás e portanto, entendemos que a pressão deve ir, isso sim, para o poder político, continuar insistente, mas para o lançamento da primeira pedra.”-----

5 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE MANUEL DE BRITO FERREIRA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, AO PADRE MANUEL DE BRITO FERREIRA, PELOS ANOS DE SERVIÇO PASTORAL NAS PARÓQUIAS DE S. PAIO DE ANTAS, DE SÃO JOÃO BATISTA DE VILA CHÃ E DE SANTA MARINHA DE FORJÃES.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE LOUVOR AO AGRACIADO, BEM COMO, AOS CONSELHOS ECONÓMICOS DA FÁBRICA DA IGREJA DE S. PAIO DE ANTAS, DE SÃO JOÃO BATISTA DE VILA CHÃ E DE SANTA MARINHA DE FORJÃES E, AO ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA, DOM JOSÉ CORDEIRO.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Na verdade, a minha orientação é a favor, muito embora, veja com igual valor social, cultural, formativo, a profissão de docente, à qual não vejo aqui passar Votos de Louvor.”-----

6 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE MANUEL DOMINGOS SAMPAIO VIANA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, AO PADRE MANUEL DOMINGOS SAMPAIO VIANA, PELOS ANOS DE SERVIÇO PASTORAL NA PARÓQUIA DE SÃO BARTOLOMEU DO MAR.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE LOUVOR AO



AGRACIADO, BEM COMO, AO CONSELHO ECONÓMICO DA FÁBRICA DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DO MAR E, AO ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA, DOM JOSÉ CORDEIRO.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Na verdade, a minha orientação é a favor, muito embora, veja com igual valor social, cultural, formativo, a profissão de docente, à qual não vejo aqui passar Votos de Louvor.”-----

7 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE DELFIM DUARTE FERNANDES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, AO PADRE DELFIM DUARTE FERNANDES, PELOS 25 ANOS DE SERVIÇO PASTORAL NA PARÓQUIA DE SANTA MARIA DOS ANJOS, EM ESPOSENDE.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE LOUVOR AO AGRACIADO, BEM COMO, AO CONSELHO ECONÓMICO DA FÁBRICA DA IGREJA DE SANTA MARIA DOS ANJOS E, AO ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA, DOM JOSÉ CORDEIRO.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Na verdade, a minha orientação é a favor, muito embora, veja com igual valor social, cultural, formativo, a profissão de docente, à qual não vejo aqui passar Votos de Louvor.”-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as votações dos Votos apresentados, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Ex.mas Senhoras e Senhores Vereadores,
Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Ex.mos Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,
Boa noite a todos.*

Permitam-me que a primeira palavra vá para todas as pessoas que se juntaram a nós nesta



sessão, agradecendo a vossa disponibilidade em estarem aqui connosco, e por quererem saber um bocadinho melhor aquilo que se passa no nosso concelho.

Começar também por associar-me ao Voto de Pesar pelo falecimento do pai do Secretário da Junta da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, do meu estimado amigo Fernando Cruz, dando nota que apresentarei na próxima reunião de Câmara, um Voto de Pesar em nome do Executivo Municipal. Relativamente aos demais, partilho que, já foram votados e aprovados em sede de Executivo Municipal e, por isso, esta diferença.

Desde a realização da última Assembleia Municipal, cumpre-me partilhar, que em pouco mais de 3 meses, o executivo que tenho o privilégio de liderar está a percorrer um caminho diário, de muito trabalho e dedicação, no sentido de imprimir um forte dinamismo na resolução dos problemas das pessoas e no apoio às juntas de freguesia, às instituições e às associações do nosso concelho. E por isso, como já tive oportunidade de dizer noutros fóruns, é com enorme responsabilidade que encaro este desafio o demorar a qualidade de vida das pessoas do nosso concelho trabalhando diariamente, com foco e determinação, para continuar com sucesso o projeto político sufragado em 2021.

Dito isto, não posso deixar de partilhar que os projetos estruturantes que temos em curso para o concelho, estão a decorrer a bom ritmo, apesar das entropias que diariamente surgem, por força das burocracias inerentes à sua implementação e que constantemente atrasam o seu início. E por isso, o nosso foco é total, para que consigamos cumprir os prazos estabelecidos no âmbito dos financiamentos PRR, que sustentam esses mesmos projetos.

Mas, não é só na concretização dos grandes projetos que este executivo tem trabalhado e para o qual tem trabalhado. Diariamente, a preocupação com o que está a ser feito nas freguesias e nas muitas instituições concelhias, leva a que dupliquemos esforços para acudir às necessidades de todos.

Neste particular, destaco mais uma vez, a importância que foi, a concretização da assinatura dos autos de transferência de competências, do município para as juntas de freguesia. Com a conclusão deste processo, foram atribuídos cerca de 190.000,00 € às Juntas de Freguesia, para que, desde já, ainda neste ano civil, cada Junta de Freguesia possa beneficiar de uma almofada financeira, que lhes permite dar resposta a muitas necessidades de funcionamento das próprias Juntas de Freguesia, mas também, poder dar respostas mais efetivas e eficazes, às necessidades das pessoas.

Mas esse apoio, não se esgotou com a assinatura dos autos de transferência.

Ao longo destes 3 meses na liderança da Câmara Municipal, o compromisso que assumi, com os Senhores Presidentes de Junta e com as diversas instituições do concelho, foi no sentido de não falhar, naquilo que é o apoio possível no momento, por parte da Câmara Municipal. E neste particular, aproveitando para responder à questão colocada pelo Deputado António Morgado, referir que já apoiamos as nossas autarquias e várias instituições no concelho, no montante superior a um milhão de euros, para a concretização de obras, prestação de serviços diversos, aquisição de viaturas ou autocarros, na concretização dos seus projetos, entre outras necessidades. E por isso, conforme consta das nossas prioridades no Orçamento, que mais à frente iremos discutir, as pessoas em todas as freguesias, serão o nosso foco e a nossa prioridade.

Respondendo agora às questões colocadas pelos Senhores Deputados, tentarei não falhar em nenhuma resposta e, começando pela Senhora Deputada Anabela Solinho e, relativamente à questão que coloca sobre o projeto de renaturalização do espaço, no local de Pedrinhos e Cedovém, dar-lhe nota que, o Município está e sempre esteve disponível, para falar com toda a



gente. Tal como aconteceu até hoje, particularmente neste processo, o Município conversou por diversas vezes com a comunidade, em reuniões, numa sessão pública de apresentação do projeto, participada por todos quantos nela quiseram participar e, por isso, sempre esteve e estará disponível para conversar com as pessoas.

Quanto a reavaliar o projeto, devo clarificar que se mantém hoje, a mesma preocupação que existiu sempre por parte deste executivo. Garantir a segurança das pessoas que lá vivem e lá trabalham. E para garantir a segurança, das pessoas que lá vivem e lá trabalham, o único projeto que é possível executar, o único projeto que foi tecnicamente validado pelas entidades competentes, pela APA, pelo ICNF e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, foi aquele que foi apresentado à população, e não há outro.

Relativamente às questões colocadas pelo Doutor Francisco Melo, devo dizer-lhe, que me associo por completo, ao Voto e à avaliação que fez da engenheira Alexandra Roeger.

Dizer-lhe que, com ela trabalhei, sei da sua competência, da sua experiência, do seu profissionalismo e, por isso, naturalmente que estarei sempre ao lado de qualquer voto de congratulação, ou qualquer elogio público, que lhe seja feito, porque é mais do que justo, é mais do que merecido.

Relativamente às questões que coloca, dar-lhe nota que, efetivamente, não foi por falta de interesse, peço desculpa não termos respondido em tempo útil, mas, relativamente à questão que colocou do jardim de infância de Antas, dar-lhe nota que houve uma má perceção da minha parte, eu pensei que o assunto era outro, tive dificuldade em localizar aquilo que efetivamente era a sua questão e, agora percebendo que o que está em causa, é um jardim de infância, dizer-lhe que, o Município tem conversado com o GRASSA, no sentido de, procurar encontrar soluções, que assegurem a possibilidade, eventualmente, desta Associação de Solidariedade poder acolher também essa valência. Para isso, obviamente que, está em causa a execução de obras de ampliação das instalações e, por isso, o que estamos a tentar, é perceber de que forma conseguimos encontrar financiamento, para que seja possível concretizar e materializar essa solução.

Não tenho por hábito assumir compromissos que não possa cumprir e por isso, o que lhe quero dizer é que estamos a trabalhar com afincos nesta intenção, assim que ela seja possível, disso daremos nota, com toda a certeza.

Relativamente ao processo da Barra, a questão que coloca é que garantias deu a Comissão.

Poucas, a Comissão não pode garantir, ou não pode validar, nem pode falar, muito menos em nome das entidades que tutelam o espaço e da própria tutela da administração central. E por isso, fiquei, confesso que satisfeito, com a presença da Comissão de Ambiente no concelho de Esposende, foi com o facto de eles perceberem o que é que realmente está em causa, perceberem o trabalho que já foi feito pelo Município de Esposende, como disse e muito bem, com a academia, com a Universidade do Minho e com a Universidade do Porto e perceberem, finalmente, olhando para o problema, no local e por via da apresentação daquele que foi o estudo, o que é que está em causa na nossa barra e o quão inseguro é para os nossos pescadores, navegar no rio Cávado e sair na barra de Esposende. E não tenho a mínima dúvida, que assim que se consiga, dar passos, no sentido de se avançar para a concretização do projeto de execução, que a Comissão de Ambiente estará ao nosso lado, todos os partidos que estiveram representados se mostraram do nosso lado, na tentativa de resolver este problema, que é um problema com séculos e que eu acho, que finalmente, com a vontade de todos e com o empenho de todos, poderá ser uma concretização. Para isso, temos de continuar a trabalhar como sempre fizemos e perdoem-me a imodéstia, tem que o município continuar a



trabalhar como sempre trabalhou, substituindo-se, na maioria das vezes, à tutela. Relativamente ao bar do Fojo, não sei que lhe diga, com honestidade, acho que basta passarmos por lá, para percebermos o que é que está em causa, com o bar do Fojo.

Nada contra o saudoso Sérgio do Fojo, nada contra a história do Fojo, nada contra o espólio que lá está, que deve ser preservado, mas tudo contra as condições de insalubridade e de insegurança que lá estão, isso sim. E o que lhe posso dizer, que foi instruída uma providência cautelar para suspender os trabalhos, os trabalhos foram imediatamente suspensos, entretanto, o dono de obra que é a Agência Portuguesa do Ambiente, e não a Câmara Municipal, avançou com uma resolução fundamentada para dar início novamente aos trabalhos e, incrivelmente, essa resolução fundamentada não foi admitida, e a providência cautelar acabou por prevalecer, estando os trabalhos suspensos.

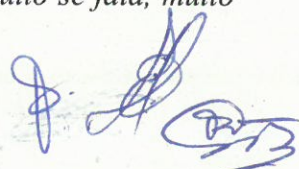
Como lhe digo, sendo o dono de obra a APA, estou em crer, que, assim que os tribunais decidirem pelo avanço ou pelo recuo desta empreitada, nós respeitaremos como sempre fizemos, no exercício deste processo, que é tão complicado e tão delicado para todos nós. Relativamente à Ponte Dom Luís Filipe, dar nota que, a última reunião em que esteve presente o Senhor Vereador Dr. Sérgio Mano, confirmou a conclusão dos trabalhos de requalificação da estrutura metálica, para o mês de dezembro, ficando depois pendente para o futuro, a pavimentação. Dizer-lhe com isto que, não é só na Ponte Dom Luís Filipe, mas em toda a Estrada Nacional 13, todos temos consciência da imperiosa necessidade de uma intervenção na estrada, de uma requalificação urgente, há cerca de duas semanas atrás, estivemos eu e do Dr. Sérgio Mano reunidos, com a Diretora Regional da Infraestruturas de Portugal e, mais uma vez, somos confrontados com um calendário que, agora pelo menos, é um calendário que é efetivo, que existe, que tem datas e que tem prazos, coisa que não acontecia no passado, mas que é um calendário que não nos satisfaz, porque remete o processo para 2025, estamos muito firmemente convencidos que não será em fim de 2025 como se prevê, mas que será algures para 2026. Eu acho que a intervenção é urgente, e deveria ter começado há muitos anos atrás, e por isso nós vamos continuar, junto da tutela a fazer a pressão necessária, para ver se conseguimos encurtar os prazos e se conseguimos encurtar esse calendário. Porque de facto, se justifica, mais do que em qualquer outra estrada, na minha opinião.

Relativamente à ponte de Gemeses, dar-lhe nota que ainda estamos em fase de estudo prévio, por isso, ainda estamos atrasados no processo.

Senhor Deputado Marcelino Cunha, muito obrigado pelos votos de Boas Festas, que eu estenderei também depois a todos os presentes, dar-lhe nota que de facto, foram anunciados muitos projetos, este executivo é de facto um executivo ambicioso, que segue a ambição do Arquiteto Benjamim Pereira, por isso, estamos do seu lado, naquilo que foi a sua vontade e a sua intenção, de avançar com a apresentação destes projetos. E dizer-lhe que, eles serão uma realidade, disso não tenha dúvidas e tal como disse, ultrapassando-se as entropias, eu acho que nós vamos rapidamente colocá-los em marcha.

Senhor Deputado Tito Evangelista, dar nota do seguinte, respeitar os eleitos, concordo consigo, subscrevo. Acho é que temos todos, que respeitar os eleitos, não é só quando nos convém, temos que respeitar os eleitos, quando estamos no poder, e quando estamos na oposição, isso sim é democracia. Não podemos ser seletivos na forma como respeitamos a opinião dos eleitos. A opinião dos eleitos deve ser sempre respeitada, por mim será sempre respeitada, sejam do partido que apoia este executivo, sejam dos partidos da oposição deste executivo. Estou certo, assim espero, que o mesmo aconteça consigo também.

Relativamente ao processo de desagregação de Freguesias, muito se diz, muito se fala, muito



se escreve, muitas vezes sem sabermos o que é que está a acontecer. E aquilo que era importante, era, saber o que é que está a acontecer, para depois escrevermos, dizermos e falarmos com propriedade.

Efetivamente, a Câmara Municipal, e permitam-me esta resenha histórica, porque acho que é fundamental que se faça. A Câmara Municipal, criou efetivamente um grupo de trabalho, chamou especialistas, disponibilizou conhecimento, para que as Juntas de Freguesia pudessem ter o apoio que entendessem ter, para este processo e, as Juntas de Freguesia acederam a esse apoio e muito bem, tiveram pessoas a ajudá-los a construir esses processos e, de facto, a política é uma atividade estranha, porque, de uma coisa boa, alguns tentam transformá-la numa coisa má, está errado. Aquilo que, o Partido Socialista e os partidos da oposição deviam dizer neste momento, porque a intenção é a mesma, todos queremos o mesmo, desagregar as freguesias. Era dizer assim, "muito bem, ainda bem que foram criadas mais condições, para que as Uniãos de Freguesia tivessem melhores condições para poderem aceder ao conhecimento técnico necessário, para avançar com os processos de desagregação". E, por isso, mais do que uma crítica, eu esperava o apoio, acho que aquilo que nós fizemos, foi disponibilizar conhecimento a custo zero, para as Uniãos de Freguesia. E por isso, isso devia ser de louvar, e não de criticar. Menos ainda, porque isso sim às vezes denota depois alguma desinformação, ou até alguma hipocrisia, quando nos últimos 8 anos este processo já podia estar resolvido. Ou seja, aqueles que apregoam e advogam que o mesmo tem que ser resolvido, e com o qual nós concordamos, porque estivemos sempre contra, já o podíamos ter resolvido há 8 anos atrás, e nada foi feito. Está a ser feito agora, com responsabilidade, com serenidade e com prudência.

Aquilo que está a acontecer, porque ainda não houve uma avaliação, nem uma votação final, foi apenas uma votação preliminar, no grupo de trabalho, e não na comissão. Aquilo que foi feito, foi uma pré-avaliação ou avaliação preliminar, e foi feita uma votação. Com a qual nós não concordamos de todo. Pior, não concordamos sequer, com o elemento mais básico, que tem a ver com a discussão de qualquer tema, que tem que permitir, por via do Código do Procedimento Administrativo, um período de Audiência Prévia, para as pessoas poderem justificar e responder, e que pelos vistos é isso que a Comissão se preparava, para não permitir. Nós, como estamos completamente convencidos que o processo está devidamente instruído, qualquer justificação adicional ou complementar, que seja necessária para qualquer esclarecimento, deve existir, no período de Audiência Prévia. E por isso, em tempo útil, sem histerias, com serenidade e com tranquilidade, conjuntamente com a Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, e com os técnicos que nos deram um apoio, enviamos informação complementar, precisamente para o grupo de trabalho e para a Comissão, para que possam avaliar e perceber o erro que estão a cometer na sua interpretação, que é diferente da nossa. Isso conduziu, como vocês têm percebido, a adiamentos sucessivos na votação final da Comissão, que se prevê que seja amanhã. Confesso que não sei se será, espero que seja.

Mais ainda, tivemos o cuidado obviamente, de sensibilizar o Grupo Parlamentar do PSD, para a necessidade de reavaliação do processo, tendo por base, aquela que é a interpretação correta dos dados e dos números, e é isso que genuinamente, acreditamos que vai acontecer amanhã. Agora, estamos a fazer isto com serenidade, sempre no respeito daquilo que é a vontade da população de Apúlia e Fão, que é desagregar as freguesias. E por isso, connosco, contarão sempre para isso, eu espero que possamos estar todos juntos neste processo, uma vez que no passado, nem sempre estivemos, e acho que este é o momento de estarmos todos juntos, e de mais uma vez lutarmos juntos, por aquilo que são os interesse da população, e neste caso,

*é a desagregação das Freguesias de Fão e Apúlia.
Muito obrigado!"-----*

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Primeira inscrita, Senhora Vânia Sá, que em síntese disse:

"Boa noite a todos!

É mesmo só para questionar o Senhor Presidente acerca da obra da Rua das Cerqueiras e da Travessa das Lages, se realmente será para iniciar em breve."-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"Relativamente à questão que coloca, é com satisfação que lhe digo que, efetivamente o processo de intervenção na Rua das Cerqueiras, está já concluído, foi adjudicado, e por isso, já estamos a preparar o estaleiro. A obra não começará em dezembro, muito fruto da época que vivemos e que impõe que as empresas também deem férias aos seus colaboradores neste período, mas está previsto iniciar-se logo no início de janeiro, e por isso, estando a empreitada adjudicada, estando tudo preparado para começar, começaremos logo no início de janeiro.

Muito obrigado."-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. António Torres, que em síntese disse:

"Muito boa noite,

Antes de mais, cumprimentar todos os presentes, em especial os jovens esposendenses que aqui estão presentes.

A minha pergunta é muito simples e muito importante para todos os jovens deste concelho.

Ao longo do último mandato foram sendo apresentadas algumas obras, que têm uma importância fulcral para o desenvolvimento de uma comunidade.

Antes de mais, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, qual é o estado das obras relativas à residência estudantil em Fão, perguntar também, qual o estado do processo da intervenção na Escola Secundária Henrique Medina, e ainda, relativamente ao nosso Centro de Saúde.

Nós temos que perceber que, tanto a saúde como a educação, em conjunto com a segurança e a justiça, são as bases fulcrais de uma sociedade, e partindo deste pressuposto, estas obras são fulcrais e devem entrar em seguimento assim que possível.

Partindo deste pressuposto, pergunto então ao Senhor Presidente da Câmara, qual é o estado atual destes projetos, e que expectativas devemos ter relativamente ao lançamento dos mesmos.

Muito obrigado."-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Partilhar a preocupação que acabou por demonstrar, com a importância desses projetos, não só para os jovens, mas para todos nós, no concelho de Esposende, e dar nota que, tal como na minha intervenção inicial, tive oportunidade de referir, não fossem algumas entropias, criadas, do ponto de vista administrativo, por parte dos próprios projetos, elas já estariam em estado de lançamento. E por isso, dizer-lhe que, relativamente à residência estudantil, estamos em fase final de validação do projeto de execução, para lançar concurso, a Escola Secundária Henrique Medina, está a terminar o projeto de avaliação técnica, e por isso, será lançada também, muito em breve. O novo Centro de Saúde está a terminar as sondagens geológicas, para que se possa lançar também o concurso. Em função dos prazos apertados que temos para a sua execução, obviamente que estes processos terão todos que ser lançados, durante o início do próximo ano. Dar nota também, que, relativamente à requalificação do Centro de Saúde de Apúlia, as obras estão a decorrer a bom ritmo, prevendo-se eventualmente, que as obras possam terminar até, antes do prazo previsto para a sua conclusão.

Muito obrigado.”-----

A terceira inscrita, Sr.^a Luisa Torre, que em síntese disse:

“Boa noite a todos,

Sintam-se cumprimentados.

Estou aqui a intervir no momento do público, como cidadã, tenho direito e inscrevi-me no tempo certo e falo, no tempo que me foi dedicado, sempre com respeito e elevação, mas não deixo de ser um membro do executivo, da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão.

Aproveito o meu tempo para agradecer desde já ao Deputado Arquiteto Morgado, pelo reconhecimento do nosso trabalho, é mais do que justo e merecido. E obrigada por ter dedicado metade da sua intervenção, a estas duas belas freguesias.

Na passada Assembleia de Freguesia de Apúlia e Fão de setembro, os membros da Assembleia de Freguesia da bancada do PS e da LIPAF, rejeitaram o acordo de transferência de competências apresentado pela Junta de Freguesia, previamente aprovado em reunião de Câmara. Impedindo assim, a Junta de Freguesia desta União de Freguesias, de aceder a uma verba de aproximadamente quarenta e seis mil euros, equivalente a um aumento de 49% do montante recebido até então, ao abrigo dos acordos de execução, entre o Município e as Freguesias de Apúlia e Fão. Esta atitude, por parte da LIPAF e do PS, é incompreensível e irresponsável. E muito prejudica as respostas às necessidades correntes e de funcionamento da Junta de Freguesia, nomeadamente, a autonomia financeira, lesando os reais interesses das nossas populações. Para os membros do PS e da LIPAF, apenas importa o mero taticismo político, e comprometer ao máximo, o trabalho do executivo desta junta de freguesia. Como diz alguém, “porque se menos consegues fazer, mais a oposição tira os seus dividendos, não importa o que está em causa”.

Face à relevância que a possibilidade da transferência de competências para a União de Freguesias de Apúlia e Fão, apresenta, a questão que pretendo colocar ao Senhor Presidente da Câmara, é, caso a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, aprove até ao final deste ano, a assinatura do Auto de Transferência de Competências para a

União de Freguesias de Apúlia e Fão, poderá, a Junta de Freguesia ainda receber o valor previsto, com retroativos a 1 de janeiro de 2024?

Obrigada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Permita-me antes de dar a resposta, que cumprimente todos os Senhores Presidentes de Junta, pela forma elevada, presente e dedicada, como estiveram ao lado da Câmara Municipal, neste processo, que não foi um processo fácil, foi um processo que envolveu várias variáveis, que nós percebemos que nem sempre, parece vir a ser do agrado de todos, mas que obviamente, tem sempre como princípio, o respeito pela saúde financeira do Município, e o comprometimento com as Juntas de Freguesia, e por isso, não podia deixar de cumprimentar e de saudar os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, muito obrigado!

Relativamente à questão que coloca, sim, se a Assembleia de Freguesia, aprovar o Auto de Transferência que foi proposto pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, sim, é possível transferir, ainda em 2024, o valor correspondente e com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024, os tais cerca de quarenta e seis mil euros, não consigo precisar.

Insisto, se isso acontecer em 2024. Se tal não acontecer, esse valor não poderá ser transferido e perde-se.

Obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao quarto inscrito, Sr. João Pedro Mota, que em síntese disse:

“Eu sou membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, e recentemente, a 7 de dezembro, decorreu uma sessão extraordinária desta Assembleia de Freguesia, onde foram colocados a discussão, um conjunto de pontos que se relacionam com a defesa da costa, importando referir que foi proposta e validada a rejeição dos projetos e planos definidos na proposta que foi apresentada pelo Município de Esposende, para Cedovém e Pedrinhas, situação que eu e os demais colegas de bancada do PSD, com exceção de 1, rejeitamos.

Somos contra a rejeição do Plano apresentado pelo Município, entre outras justificações, pelo simples facto, de atualmente ser a única proposta devidamente fundamentada, com a participação da comunidade de Pedrinhas e Cedovém, não esquecendo as indispensáveis validações, das entidades competentes, e que obrigatoriamente têm de se pronunciar. A atuação no combate à erosão costeira, é emergente e reconhecemos que o Município não se escusa na inércia de Governos centrais nesta temática e assumiu a liderança na elaboração de estudos e projetos, que suportam a proposta de intervenção apresentada.

Assim, para nós, importa pedir informações sobre o cronograma previsto para estas intervenções, principalmente, aquelas com o propósito de promover a sustentação dunar, nas zonas mais afetadas, que causam grande preocupação para a segurança do território, face aos avanços do mar.

Muito obrigado.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Relativamente à questão que coloca, antes de mais, reforçar aquilo que já tive oportunidade de dizer também, aquela que é a nossa preocupação, e será sempre a nossa preocupação, é, a segurança das pessoas que lá vivem e que lá trabalham.

Relativamente ao cronograma, o processo está em fase ainda de projeto de execução, de encontro de vontades, no sentido de perceber quem é que pode financiar esta operação. Esta é uma operação como naturalmente perceberão, que é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, o Município de Esposende, tem-se substituído mais uma vez, à tutela e foi o que fez aqui, no sentido de encontrar uma solução, insisto, para proteger as pessoas e bens, e por isso, neste momento não estou em condições de lhe poder dizer que há um cronograma definido e que há prazos definidos, não há. Por isso, logo que haja, terei toda a disponibilidade para trazer a esta Assembleia.

Muito obrigado.”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao quinto inscrito, Sr. Ivo Real, que em síntese disse:

“Boa noite a todos,

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente da Mesa.

O Município de Esposende, é muito procurado ao longo de todo o ano, mas a afluência de visitantes é muito elevada nos meses de verão, num período onde normalmente o número de pessoas a frequentar as nossas freguesias que dispõem de praia e concessões, alcança um número 3 ou 4 vezes superior à população residente, habitual.

Os preparativos da época balnear são muito exigentes para todas as pessoas, nomeadamente os concessionários que têm a responsabilidade de contratar os meios humanos e materiais, para garantir os serviços de apoio, vigilância e segurança, inerentes à sua concessão, não esquecendo o habitual Plano Integrado de Assistência a Banhistas, o PIAB, ou um Plano Integrado de Salvamento, o PIS, em que cada um se possa enquadrar. Assim, seria importante, Senhor Presidente, com a devida antecedência, fosse dado conhecimento aos concessionários, do calendário previsto para a próxima época balnear. De igual forma, é importante a prévia articulação entre os concessionários e demais intervenientes na gestão e supervisão da assistência a banhistas. Sugiro assim, que o Município promova, com a devida antecedência, a articulação entre todos, e caso seja possível, diligencie reuniões de trabalho com todos, associação de concessionários, juntas de freguesia, representantes da autoridade nacional marítima e associações de nadadores-salvadores.

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Dar nota que, esse é um processo que é regular no Município, por parte do executivo, o Dr. Sérgio já teve oportunidade inclusive, de fazer algumas reuniões e obviamente que agora, iniciando-se um novo ano civil, existe uma preocupação de todo o executivo, em garantir a qualidade dos serviços prestados. E não é só por parte dos concessionários, mas também da nossa parte, da parte do Município, e por isso, com o tempo devido, tentaremos estabelecer e fazer as reuniões necessárias com todos os envolvidos, para que, possamos chegar ao período balnear, com a qualidade que os nossos turistas, visitantes e residentes, merecem.

Muito obrigado.”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao sexto inscrito, Sr.^a Liliana Ferreira, que em síntese disse:

“Muito boa noite a todos.

A minha intervenção prende-se com o seguinte, na Avenida Visconde S. Januário, em Fão, também conhecida como Estrada Nacional 13, tem infelizmente acontecido, um número significativo de atropelamentos, bastante graves a peões, em passadeiras.

Quem conhece esta via, facilmente identifica as localizações das passadeiras, uma delas próxima ao posto de abastecimento da Prio, bem como as existentes desde o Chalé, próximo ao Mosteiro do Senhor Bom Jesus de Fão e até, à ponte de Fão.

Quem circula nesta via, sabe que em determinados momentos, nomeadamente ao amanhecer e ao entardecer, a possibilidade de encandeamento com o sol, poderá criar as circunstâncias para os acidentes que acontecem, assim como durante a noite, o encandeamento com a luz das viaturas em sentido contrário.

Desta forma, e salvo o devido respeito, sugiro apelar-se junto das Infraestruturas de Portugal, para uma solução, que permita uma circulação segura, nestes locais.

Obrigada.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Relativamente à preocupação que demonstrou, é também uma preocupação nossa, não só nesse local, em outros e como há pouco tive oportunidade de referir, tivemos uma reunião há cerca de 2 semanas, se a memória não me falha, com os responsáveis das Infraestruturas de Portugal, onde demos nota dessas nossas preocupações, relativamente a pontos onde se verifica maior sinistralidade. Ali como bem disse, sendo uma estrada nacional, nós não temos jurisdição sobre ela, aquilo que podemos é aconselhar, de certa forma pressionar, para a colocação de reforço da sinalização vertical e horizontal, e de meios que possam dissuadir o excesso de velocidade. Na certeza, porém, de que o cumprimento de velocidade tem que acontecer e as pessoas têm que ter também esse civismo e sabemos que muitas vezes não têm.
Obrigado.”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao sétimo inscrito, Sr. Virgílio Gomes, que em síntese disse:

“Boa noite a todos, sou membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão. O tema da desagregação de freguesias, é um tema que une todas as forças políticas, que têm assento na Assembleia de Freguesia, e sendo uma vontade das comunidades de Apúlia e Fão, a proposta de desagregação da União de Freguesias de Apúlia e Fão, foi aprovada por unanimidade, neste órgão.

A semelhança dos demais processos, o processo de desagregação da União de Freguesias de Apúlia e Fão, foi instruído com a colaboração técnica, dos técnicos contratados pelo Município, que acompanharam todos os processos nas União de Freguesia do concelho. E contou com a participação de todas as forças políticas eleitas, em Apúlia e Fão.

Assim como à semelhança das demais, cumpriu todas as formalidades e prazos definidos. É com preocupação, que tomamos conhecimento das notícias que indicam que a União de Freguesias de Apúlia e Fão, constará de uma lista de União de Freguesias que não reúnem os

requisitos para formalizar desde já a desagregação. A acontecer, tal decisão, vai contra a vontade das populações e dos seus representantes e muito prejudicará a Vila de Apúlia e a Vila de Fão. Apelamos a que sejam feitas todas as diligências por parte da Câmara Municipal, no sentido de esclarecer a veracidade da informação partilhada, e uma atuação de salvaguarda para a concretização da desagregação da União de Freguesias de Apúlia e Fão. Apúlia e Fão, são duas freguesias distintas, e é vontade da população ver novamente as nossas freguesias separadas. Esta é uma batalha de todos nós e não é propriedade exclusiva de nenhum partido, movimento ou pessoa.

Obrigado, boa noite a todos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a partilha, tendo referido, o seguinte:

“Percebo que estamos todos coincidentes naquilo que é a visão sobre este processo em particular. Relativamente ao mesmo, penso que já foram dados os esclarecimentos necessários, dar nota que o empenho do Município será total, neste processo, e dar nota também de que, os processos foram todos instruídos da mesma forma, cumprindo as mesmas regras, e que nós estamos firmemente convencidos que, as regras são cumpridas também, nesta União de Freguesias. E por isso, como vos disse, o Município, em colaboração com a Junta de Freguesia, já instruiu os necessários esclarecimentos, agora vamos acreditar que amanhã se fará justiça e que, muito em breve, nós teremos as duas freguesias desagregadas, aliás, como todas as demais no concelho de Esposende.

Obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao oitavo inscrito, Sr. António Linhares, que em síntese disse:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,
Ex.mos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,
Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,*

O meu nome é António Linhares, resido em Fonte Boa e venho hoje questionar o atual executivo, sobre uma temática que há muito, preocupa a população de Fonte Boa, a construção da Casa Mortuária.

Reconheço que o atual Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Escrivães, tem trabalhado para viabilizar este projeto, tendo já avançado com a aquisição de alguns terrenos necessários para a obra. Embora este seja um passo importante, sabemos que ainda há desafios a superar para que a construção da Casa Mortuária se concretize. Contudo, pergunto, se haverá condições para que a obra seja concluída, ainda durante o presente mandato.

Este equipamento é essencial para proporcionar dignidade às cerimónias fúnebres, e conforto às famílias da freguesia, num momento tão sensível.

Assim, gostaria de saber, qual é o ponto da situação atual deste projeto, e quais as perspetivas do executivo, para que a obra avance e seja finalizada num futuro próximo.

Deixo aqui o apelo, para que este tema continue a ser uma prioridade, e se encontrem as soluções necessárias, para concretizar esta importante obra, na nossa freguesia.

Muito boa noite, um Bom Natal e um Ano cheio de saúde!-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção e o contributo dado pelo munícipe, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Relativamente a este processo, dar nota de que efetivamente, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, tem estado em completa sintonia e articulação com o Município, na tentativa de encontrar as soluções para resolver este problema, com a maior celeridade. Foram dados passos de gigante, nas últimas semanas, um trabalho que vinha de trás, que vinha ainda, a ser liderado pelo arquiteto Benjamim Pereira, e ao qual damos continuidade. Estou em condições de dizer que já chegamos, finalmente, a acordo com os proprietários dos terrenos onde será implantada a Casa Mortuária, que o Projeto já foi entregue, vistoriado e validado pelo Arciprestado e pela Diocese, e por isso, estamos agora em condições de dizer, que estamos por dias de realizar as escrituras. Tendo as escrituras feitas para a aquisição dos terrenos, avançaremos com o lançamento da empreitada, e eu estou em crer, em função da dimensão da Casa Mortuária, parece-me uma obra relativamente simples, que nós ainda a conseguiremos ter concluída, assim espero, não haja atrasos, nem problemas com o lançamento da empreitada, até final do próximo ano. Muito obrigado.”-----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao nono inscrito, Sr. Pedro Macedo, que em síntese disse:
“Boa noite a todos os presentes.

O meu nome é Pedro Macedo e falo hoje na qualidade de Presidente da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Fonte Boa, para apresentar uma necessidade urgente da nossa freguesia. A requalificação do Campo do Cedro, espaço fundamental para as atividades desportivas e comunitárias da nossa Associação.

Apesar das condições precárias do Campo, que atualmente é um Campo pelado e apresenta várias irregularidades no piso, a nossa Associação tem conseguido alcançar resultados notáveis. Com grande esforço e dedicação, temos formado alguns escalões de futebol infantil, promovendo o desporto e valores entre os jovens da nossa freguesia.

Além disso, organizamos iniciativas de grande impacto social, como o recente Torneio Solidário de Veteranos, que reverteu bens, para a Loja Social do concelho, contribuindo para a comunidade mais ampla.

Depois de reunir com o atual Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Escrivães, este mostrou-se totalmente disponível em colaborar, concordando com a necessidade urgente de substituir o piso pelado, por uma superfície mais adequada, reconhecendo os riscos, que as condições atuais representam para os atletas. No entanto, também nos alertou para as limitações financeiras da junta, que tornam esta intervenção difícil de ser realizada, sem um apoio adicional.

Gostaria ainda de destacar, que para além da requalificação do piso, é essencial a substituição da iluminação existente por tecnologia LED, pois a iluminação atual é dispendiosa, pouco eficiente e sofre constantes falhas, o que prejudica as atividades realizadas no Campo. A iluminação LED, não só reduzirá os custos com a iluminação, como também garantirá as condições adequadas para treinos e jogos durante o período noturno.

É por isso que hoje, apelo ao executivo municipal, para que reconheça esta necessidade e considere apoiar financeiramente a requalificação do Campo do Cedro, incluindo a substituição do piso e a modernização da iluminação.

Este investimento é essencial para proporcionar melhores condições aos jovens da nossa freguesia, que merecem treinar e jogar num espaço seguro e digno.



Enquanto associação, temos feito um trabalho que considero exemplar, dentro das condições disponíveis, mas precisamos de um espaço à altura, para continuar a promover o desporto e o desenvolvimento social na freguesia de Fonte Boa.

Agradeço a vossa atenção e apelo à sensibilidade deste executivo, para nos ajudar a concretizar este projeto tão importante para a nossa comunidade.

Obrigado."-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"Antes de mais felicitar o Pedro Macedo pela exposição que fez, e acima de tudo, por se dedicar também a este projeto. É bom ver, jovens, cada vez mais, ligados a estes processos, a projetos desportivos e associativos e comunitários. Felizmente tem sido uma constante por todas as freguesias do concelho, por isso os meus parabéns, pela coragem de avançar para um projeto como este.

Relativamente às instalações desportivas, nós efetivamente temos feito investimentos constantes e recorrentes em vários Campos e em vários Clubes, um pouco por todo o concelho. Teremos que olhar para este pedido, avaliá-lo, não estou em condições de me poder comprometer nesta fase, como compreenderá, mas teremos todo o cuidado de olhar para este pedido e avaliá-lo com todo o rigor e com todo o comprometimento.

Obrigado."-----

Depois, o Presidente da Mesa deu a palavra ao décimo inscrito, Sr. Artur Fernandes, que em síntese disse:

"Muito boa noite a todos.

Intervenção na Assembleia Municipal, Artur Fernandes Silva, representante da Associação de Amigos da Petanca de Fonte Boa.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,

Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Boa noite a todos os presentes.

O meu nome é Artur Fernandes da Silva, intervenho hoje na qualidade de Presidente da Associação de Amigos da Petanca de Fonte Boa, para abordar o ponto de situação relativa ao parque de petanca e malha, um projeto que consideramos de grande importância para a população da nossa freguesia, abrangendo várias faixas etárias.

O terreno destinado a este parque, localizado nas imediações da bomba da BP, em Fonte Boa, já foi adquirido pela junta de freguesia, e sabemos que há materiais no local, destinados à sua construção.

Gostaria de reconhecer o trabalho do atual Presidente de Junta, Carlos Escrivães, que desde o início, demonstrou sensibilidade e total apoio a este projeto.

No entanto, consideramos que este parque, já poderia estar concluído, uma vez que se trata de uma obra relativamente simples.

Acreditamos que a conclusão desse espaço terá inúmeros benefícios para a comunidade. O parque da petanca e malha, será muito mais do que um local para a prática desportiva, será

também um ponto de encontro e convívio, para a população de Fonte Boa, promovendo a interação social e o fortalecimento do espírito comunitário.

Assim, venho solicitar a este executivo informações, sobre o ponto da situação desta obra. Se existe alguma data prevista para a sua conclusão.

Agradeço a vossa atenção e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Artur Fernandes Silva, obrigado.

Um Bom Natal para todos e um Próspero Ano Novo.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Partilhando exatamente aquilo que disse, ao Pedro, mas em sentidos opostos, dar nota da satisfação com que vejo que, pessoas de gerações tão diferentes, se envolvem no meio associativo, e por isso, muito obrigado por aquilo que faz, particularmente por um desporto que é tão popular no nosso concelho.

Relativamente ao assunto, efetivamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, já teria abordado esse assunto com a Câmara Municipal, já conversamos sobre ele, e estamos em condições de dizer que, o Município vê com interesse a concretização daquele projeto. E por isso, acredito que muito em breve, estaremos em condições de poder concluir. É um projeto relativamente pequeno, fácil de concluir, e que trará vida aquele espaço onde já se iniciou a instalação e que permitirá o usufruto, de todos vocês que gostam de jogar e por isso, sim, julho que muito em breve estaremos em condições de concluir esse projeto.

Muito obrigado.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao décimo primeiro inscrito, Sr.^a Ánia Peixoto, que em síntese disse:

“Muito boa noite a todos, o meu nome é Ánia Peixoto, faço parte da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, e nós ontem soubemos pelo JN, que, a nossa União, faz parte da lista das Freguesias, que não reúnem as condições para serem desagregadas em 2025 fruto do processo por nós entregue ao Grupo de Trabalho para a desagregação.

Mas o que sabemos nós é que sim, nós reunimos as condições. Reunimos todos os critérios que estão na lei, para separar e voltar a reaver as nossas freguesias iniciais.

A Câmara Municipal fez questão de acompanhar e colaborar em todos os processos de desagregação das freguesias do concelho, tendo inclusive alterado, as propostas iniciais elaboradas, acrescentando a fundamentação jurídica que achou relevante.

Como é que somos uma das duas Uniões que está na lista das que não desagregam, quando sabemos bem que temos as condições?

O que é que se passou com a nossa União em particular?

Senhor Presidente, a Câmara Municipal está a par da razão que despoletou a não conformidade do nosso dossier? Se sim, desde quando?

Houve então pedidos de esclarecimento feitos pelo grupo de trabalho?

Creio que mencionou isso há pouco, na sua intervenção, quando, o que foi questionado e o que é que foi respondido?

Porque a Assembleia de Freguesia de Apúlia e Fão, não soube de nada.

Portanto, esclareça a população, uma coisa é saber que nós não cumprimos desde o início, e sermos postos de lado, outra coisa é saber que cumprimos, e que houve algum problema ao longo do processo.

E já agora, acrescentar ali ao Senhor Deputado Municipal, arquiteto Morgado, não culpe o PS de Apúlia e Fão, pela má gestão financeira do executivo atual em Apúlia e Fão.

Realmente as nossas Assembleias não têm nível, o nosso executivo não tem capacidade, não tem competência, a começar pelo Senhor Presidente da Junta e a acabar no Senhor Tesoureiro e nem sequer falo da Secretária, porque ela nem vai às Assembleias de Freguesia, ultimamente.

Muito obrigada."-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"Apesar de já ter feito alguma resenha histórica sobre o processo, subscrevo exatamente aquilo que acabou de dizer.

O nosso processo cumpre tudo.

E por isso, nós vemos com muita estupefação o facto de Apúlia e Fão, por via de uma interpretação que nós consideramos errada, do ponto de vista económico-financeiro, e nada tem a ver com o complemento jurídico que aduzimos e que eu acho que veio beneficiar o projeto que foi entregue. Por via de uma interpretação que nós consideramos errada, foi criada esta situação. Nós não fomos objeto de nenhum pedido de esclarecimento. Nós do ponto de vista informal, fomos tendo também conhecimento e pusemos pés ao caminho. E, permita-me aqui, a indiscrição do que vou dizer, mas, tivemos mais preocupação em pôr pés ao caminho e criar as condições necessárias, para complementar a informação do processo, nós com o executivo da Junta de Freguesia, do que, ir para as redes sociais, ou para a comunicação social, essa preocupação para nós foi residual e secundária. A nossa preocupação é, cumprir aquela que é a vontade da população de Apúlia e Fão, que acho que é a vontade de todos nós, a de resolver o problema. E eu, estou firmemente convencido, assim espero, que amanhã, a votação seja condizente, com aquela que é a nossa real expectativa, que é, garantirmos a desagregação das freguesias de Apúlia e Fão. Daquilo que depender de nós, do Município, da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia e até da Assembleia Municipal, estou certo, que todos vamos fazer o que é possível, para defender aquilo que para nós é o mais importante, que é, repor a justiça daquilo que nos foi feito em 2003 e com o qual, nenhum de nós nunca concordou. E por isso, conte sempre com a nossa disponibilidade, para podermos resolver efetivamente, este problema.

Muito obrigado."-----

E por último, o Presidente da Mesa deu a palavra ao décimo segundo inscrito, Sr. António Ribeiro Torres, que já não se encontrava presente na sessão."-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____



03.01 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2025 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2025 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 6 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E 2 ABSTENÇÕES DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2025 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.---

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra a proposta do Orçamento, pelas razões já referidas nos anos anteriores, pois este Orçamento, é uma continuação das opções erradas do Município.

E nem o discurso e falinhas mansas do atual Presidente da Câmara, e que, só faltou dizer que a culpa é do PS por não fazer mais e melhor, como pôs na questão das freguesias, convém esclarecer que todos os anos, o PS apresenta propostas para serem incluídas no Orçamento, nomeadamente a nível de saneamento, construção de habitações para fins sociais, reparação da rede viária, apoio à cultura e ao ensino, bem como, apoios sociais. Todas as nossas propostas são ignoradas pelo PSD. Não há uma, que tivéssemos feito ao longo deste mandato, que fosse incluída no Orçamento.

O PSD está postado, como sempre esteve ao longo deste mandato e no anterior, em promover a especulação imobiliária, as obras faraónicas, transformar Esposende num cartaz para quem cá passa, não se preocupando com as verdadeiras necessidades dos Municípes.

Este é o último Orçamento deste mandato, um mandato que ficou marcado pelo abandono do Presidente da Câmara, que trocou Esposende, por um lugar político, trocou Esposende por interesse, não porque deixasse saudades, mas porque a troca é elucidativa do modo como esteve à frente da Câmara, por interesse, à espera de que um interesse maior o chamasse.

Foi um mandato perdido em termos de desenvolvimento. Há quem se iluda com o aumento da população do concelho, que só existe devido a duas freguesias que aumentaram muito a população, fruto de pessoas que pretendem morar junto ao mar, entre Esposende e Apúlia.

Todas as outras freguesias baixaram a população, sendo que no caso de Vila Chã e Belinho, esse decréscimo é brutal.

Esposende economicamente não está bem, apresenta atrasos inaceitáveis a nível do desenvolvimento, a começar pelo saneamento. E não é por a máquina de propaganda dizer que estamos muito bem, que passamos a estar. Os orçamentos são o espelho de uma política para o concelho, e este, como os anteriores, são o rosto do fracasso, da falta de ambição, de escolhas erradas. A Câmara tem processos judiciais contra si, pendentes, de valor a rondar os dez milhões de euros.

Por tudo isso votamos contra.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“A minha abstenção suporta-se no facto de que sendo um documento previsional, só estando mal elaborado é que teria o meu voto contra. Sendo um documento que comporta investimentos diretamente ligados a melhorias do dia a dia das populações, e esperando que se concretizem, abstenho-me.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Nós votamos contra, bom, muito simplisticamente, o Orçamento do Município é aquilo que podemos dizer a história do Pedro e do Lobo, contada aos esposendenses. História clássica que todos conhecemos da nossa infância, havia um menino que pastoreava ovelhas e dizia sempre, “atenção vem aí o lobo”!

Os populares corriam assustados e nada de lobo, até que um certo dia, de facto, apareceu o lobo, mas ninguém apareceu a socorrer o menino, porque os populares já não acreditavam, face a tantas mentiras.

O Orçamento e os Planos, são a mesma coisa, todos os anos o Município anuncia, “vem aí o maior Orçamento de sempre”, maravilha. Depois vai-se a ver no ano seguinte, na execução, afinal ficou-se aquém, menos 25%, uma taxa de execução sempre bastante inferior.

E, portanto, aqui chegados, ouvimos estes números astronómicos, de facto fantásticos, mas, qual a seriedade dos mesmos, atendendo a este histórico que leva o Município nesta matéria.

E, portanto, só podemos dar aqui um certo benefício de dúvida, mas mesmo assim, ouvimos o Senhor Presidente falar em investimento, uma palavra bonita, gostamos, mas, de habitação, nem uma palavra, e sabemos como Esposende tem esse problema de uma habitação que não corresponde à procura e daí termos taxas de arrendamento elevadas, preços de venda elevados. Investimento na resposta aos anseios da população, dizia aqui o Senhor Presidente, bom, eu pergunto se o Senhor Presidente fala com os agentes locais, penso e, retomando aqui um tema aflorado na minha intervenção, a questão do desporto, eu ouvi falar os agentes desportivos que não têm um sítio para treinarem as suas equipas, das várias modalidades, o Orçamento não responde, para não falar também da política fiscal, da ortodoxia, em que o PSD insiste e que me custa, porque o PSD, sempre foi um partido a puxar para o liberalismo e o que vemos é, lá está, uma política fiscal que não vai ao encontro das populações, enfim, em suma, são essas as razões pelas quais votamos contra.”-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Esposende, porquanto:

Trata-se de um orçamento de valor global de mais 55 milhões €, que somado aos orçamentos da E2000, de mais 1.5 milhões € e o da Esposende Ambiente de valor superior a 8 milhões €, e, ainda se lhe adicionarmos o previsível saldo de gerência do exercício de 2024, estaremos a falar de um valor superior a 68 milhões de euros na esfera municipal.

Trata-se de um orçamento realista, construído com o princípio do rigor orçamental e respeito pela boa saúde financeira do Município.

Uma preocupação justificada pela instabilidade que ainda se vive a nível internacional e que por força da manutenção dos conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente, tem prolongado a incerteza do ponto de vista financeiro (por via da inflação) e adiado a perspetiva de melhorias que nos permita, com segurança, olhar para o próximo ano com maior otimismo, obrigando-nos a manter uma aposta na implementação de uma estratégia de investimento público, ponderada e fortemente alinhada com aquela que é a realidade financeira do Município de Esposende.

Não obstante os constrangimentos expectáveis em termos económicos, o nosso foco está todo ele direcionado para o investimento, particularmente, nas Freguesias e consequentemente na melhoria das condições de vida das pessoas.

Investimentos efetivos, nas acessibilidades, seja em novas vias de comunicação, conservação e manutenção ou em novos equipamentos e infraestruturas.

Estes documentos previsionais revelam ainda uma forte aposta no continuo investimento nas áreas da educação, saúde, habitação e setor social. A título de exemplo, temos investimentos na 2ª fase da Requalificação da Escola Secundária Henrique Medina e o reforço dos valores destinados à manutenção e conservação dos edifícios existentes, bem como o reforço dos recursos humanos nessa área. Ou ainda, investimentos na conclusão da requalificação do Centro de Saúde de Apúlia e a construção do novo Centro de Saúde de Esposende, assegurando-se assim, a melhoria dos serviços prestados às pessoas.

Realçamos também o esforço do Município, que, substituindo-se ao Estado, recorre a receitas próprias para prestar com a dignidade necessária, os serviços correspondentes às áreas onde foram transferidas as competências do Estado para os Municípios, muito em particular na área da educação, onde mais de 1 milhão de euros saem das receitas próprias da Câmara Municipal.

Acreditamos que este orçamento vai de encontro às necessidades e compromissos assumidos com a população, e que este é o caminho a seguir para concretizarmos o nosso propósito, permitindo dar continuidade ao crescimento económico e demográfico, acompanhado da correspondente melhoria da qualidade de vida da população, mantendo como princípio basilar, a estabilidade financeira do Município e a manutenção da correta e desejável coesão territorial do concelho de Esposende. Fazendo-o sempre a pensar nas pessoas e na nossa comunidade.

Por tudo isto, entendemos que este orçamento merece ser aprovado." -----

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2024 a liquidar no ano de 2025, nos termos da alínea d)



do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Senhor Deputado Francisco Melo referido que a proposta era omissa quanto aos prédios devolutos e à aplicação da taxa agravada que o Código do IMI prevê, tendo questionado se tem sido prática do Município no último ano fiscal aplicar essa taxa agravada, ou se era opção não o fazer. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que era vontade do Município aplicar essa taxa agravada para prédios devolutos, tendo já dado início ao procedimento, não tendo sido possível concluir em tempo útil, pelo que, tudo iriam fazer para estar em condições no próximo Orçamento de poder apresentar esse agravamento para os prédios devolutos.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA VIGORAR NO ANO DE 2024, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2025:

- A FIXAÇÃO DE UMA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DE 0,30% PARA OS PRÉDIOS URBANOS, CONFORME ALÍNEA C) DO Nº 1 E NOS TERMOS DO Nº 5 DO ART.º 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), COM TODAS AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS INTRODUZIDAS;
- SEJA FIXADA UMA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM DO AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM:

- A) € 30 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO;
- B) € 70 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO;
- C) € 140 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.

MAIS DELIBEROU QUE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF) E DANDO CUMPRIMENTO AO ART.º 45 DO MESMO DIPLOMA:

- OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONCLUÍDAS HÁ MAIS DE 30 ANOS OU LOCALIZADOS EM ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA BENEFICIAM DOS INCENTIVOS PREVISTOS NAQUELE ARTIGO, DESDE QUE PREENCHAM CUMULATIVAMENTE AS SEGUINTE CONDICOES:

- A) SEJAM OBJETO DE INTERVENCOES DE REABILITACAO DE EDIFICIOS PROMOVIDAS NOS TERMOS DO REGIME JURIDICO DA REABILITACAO URBANA, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, OU DO REGIME EXCECIONAL DO DECRETO-LEI N.º 53/2014, DE 8 DE ABRIL

B) EM CONSEQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO PREVISTA NA ALÍNEA ANTERIOR, O RESPECTIVO ESTADO DE CONSERVAÇÃO ESTEJA DOIS NÍVEIS ACIMA DO ANTERIORMENTE ATRIBUÍDO E TENHA, NO MÍNIMO, UM NÍVEL BOM NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E SEJAM CUMPRIDOS OS REQUISITOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE QUALIDADE TÉRMICA APLICÁVEIS AOS EDIFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 30.º DO DECRETO-LEI N.º 118/2013, DE 20 DE AGOSTO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 194/2015, DE 14 DE SETEMBRO, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 53/2014, DE 8 DE ABRIL.

- AOS IMÓVEIS QUE PREENCHAM OS REQUISITOS A QUE SE REFERE O NÚMERO ANTERIOR SÃO APLICÁVEIS OS SEGUINTE BENEFÍCIOS FISCAIS:

A) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS POR UM PERÍODO DE TRÊS ANOS A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADO, A REQUERIMENTO DO PROPRIETÁRIO, POR MAIS CINCO ANOS NO CASO DE IMÓVEIS AFETOS A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE OU A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

B) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NAS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS DESTINADOS A INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, DESDE QUE O ADQUIRENTE INICIE AS RESPECTIVAS OBRAS NO PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS A CONTAR DA DATA DE AQUISIÇÃO;

C) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO, SUBSEQUENTE À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO, A AFETAR A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE OU, QUANDO LOCALIZADO EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA, TAMBÉM A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

D) REDUÇÃO A METADE DAS TAXAS DEVIDAS PELA AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 1.

- OS BENEFÍCIOS REFERIDOS NAS ALÍNEAS A), B) E C) DO NÚMERO ANTERIOR NÃO PREJUDICAM A LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS, NOS TERMOS GERAIS.

- O RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NAQUELE ARTIGO DEVE SER REQUERIDO CONJUNTAMENTE COM A COMUNICAÇÃO PRÉVIA OU COM O PEDIDO DE LICENÇA DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, CABENDO À CÂMARA MUNICIPAL COMUNICAR ESSE RECONHECIMENTO AO SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DA SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU FRAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 DIAS A CONTAR DA DATA DA DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO RESULTANTE DAS OBRAS OU DA EMISSÃO DA RESPECTIVA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, SE ESTA FOR POSTERIOR.

- SENDO CERTO QUE, O REGIME PREVISTO NAQUELE ARTIGO NÃO É CUMULATIVO COM OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS DE IDÊNTICA NATUREZA, NÃO PREJUDICANDO, PORÉM, A OPÇÃO POR OUTRO MAIS FAVORÁVEL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:



“No mandato anterior lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente a receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma. O PS, o tal que nunca propõe nada, e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, foi a primeira deste mandato, voltamos a lançar o repto ao anterior Senhor Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, tendo rejeitado igualmente a nossa proposta. Entende a maioria PSD, que nada necessita ser alterado, como vimos, que repetidamente apresenta as mesmas propostas.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara anterior, que dizia que “A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite”. “Até porque quem paga IRS, (disse noutras ocasiões e disse hoje aqui o Senhor Arquiteto Morgado) ganha um ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica Derrama”.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS que reverte para a Câmara, deve ser devolvido aos contribuintes, entrando por isso na economia, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com um euro de IRS dos contribuintes. A Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo pelos trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.

Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga de infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc. Custos esses suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem cá é residente, até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter. E os que são cá residentes pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte, ou toda a percentagem do valor pago pelos residentes de Esposende a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias, rendimento disponível, para beneficiar famílias e contribuintes de outros concelhos que não o nosso.

Enquanto a Derrama é um imposto a incidir sobre empresas, que nunca foi cobrado na história de Esposende. E desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial. Esposende infelizmente nem é Famalicão, nem é Maia, esses sim têm Derramas e apesar disso, ao contrário do que o Senhor Arquiteto Morgado disse, no início desta sessão, as grandes empresas correm para lá e não vêm para cá.

Não é assim a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficiou os seus residentes e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem tem aqui uma segunda habitação. Seja nas ruas que temos que limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente as freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais. E portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária, daqueles que vivem a



construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente, aqueles que residem fora do concelho e têm cá casas de segunda habitação, é uma opção errada. É uma opção contrária aos interesses de Esposende.

É por isso que nós temos desenvolvido muito menos que todos os outros na nossa envolvente, nomeadamente os concelhos vizinhos.

Por tudo isso, por esta política fiscal errada, o PS vota contra esta proposta, como vota contra as seguintes, da mesma índole fiscal.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Abstenho-me porque, se por um lado a taxa é a menor que o Município pode aplicar legalmente; por outro lado, sou da opinião de que o IMI deveria ser agravado para os imóveis que estão por habitar e em ruínas e, desta forma, compensando com este acréscimo a restituição de parte do IRS que o município consegue angariar à força dos munícipes.”-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“À semelhança da posição que temos vindo a defender ao longo dos anos sobre a fixação da taxa de IMI, votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre esta matéria, e subscrevemos integralmente a sua declaração de voto apresentada no momento da aprovação desta proposta em reunião de Câmara.

Sendo esta proposta semelhante às propostas apresentadas nos anos anteriores, e pelo fato de entendermos que a proposta apresentada continua a ser a que melhor defende os interesses dos particulares, na medida que permite todo um conjunto de poupanças, benefícios e isenções às pessoas, manter o IMI na sua taxa mínima de 0.30%, associado às isenções concedidas na reabilitação de prédios urbanos, não só permitirá uma poupança efetiva em recursos financeiros para as famílias, como também permitirá que, com essas poupanças, as famílias possam fazer face às muitas necessidades básicas que a conjuntura financeira atual nos trouxe.

Além disso, esta proposta não só permitirá manter os benefícios já concedidos, como também continuará a privilegiar os agregados familiares mais numerosos através da manutenção do IMI familiar, que este ano mantém os valores de 30, 70 e 140€ mediante o número de dependentes a cargo.

Em suma, manter o IMI no mínimo, dando benefícios fiscais por via da requalificação urbana e ajudar as famílias por via do IMI familiar, que se mantém inalterado, é para nós fundamental para garantir justiça social e equilíbrio no contributo que é dado pela população do concelho por via dos impostos que entregam ao município.

Sendo certo que a ideia de aportar uma penalização a prédios devolutos para incentivar a sua requalificação, possa vir a ser um caminho a seguir no futuro, entendemos, contudo, que face à conjuntura que ainda se vive a nível financeiro e que não será a mais favorável para as famílias, manter a taxa de IMI no seu mínimo legal para todas as situações é, para nós o mais sensato no momento atual.

Por isso, esta é uma proposta que mantém a nossa política fiscal em matéria de IMI, pelo que merce o nosso voto favorável.”-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2025, NOS

TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 28 de novembro de 2024, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha para 2025 o valor fixado nos anos anteriores, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem ou seja, 0,25% e que, de tal deliberação, seja dado conhecimento à ANACOM e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR EM 0,25% SOBRE O TOTAL DE FATURAÇÃO MENSAL EMITIDA PELAS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2025.

MAIS DELIBEROU, QUE DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, SEJA DADO CONHECIMENTO À ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES, E ÀS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, EM LOCAL FIXO.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“No mandato anterior lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente a receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma. O PS, o tal que nunca propõe nada, e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, foi a primeira deste mandato, voltamos a lançar o repto ao anterior Senhor Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, tendo rejeitado igualmente a nossa proposta. Entende a maioria PSD, que nada necessita ser alterado, como vimos, que repetidamente apresenta as mesmas propostas.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara anterior, que dizia que “A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite”. “Até porque quem paga IRS, (disse noutras ocasiões e disse hoje aqui o Senhor Arquiteto Morgado) ganha um



ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica Derrama”.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS que reverte para a Câmara, deve ser devolvido aos contribuintes, entrando por isso na economia, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com um euro de IRS dos contribuintes. A Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo pelos trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.

Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga de infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc. Custos esses suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem cá é residente, até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter. E os que são cá residentes pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte, ou toda a percentagem do valor pago pelos residentes de Esposende a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias, rendimento disponível, para beneficiar famílias e contribuintes de outros concelhos que não o nosso.

Enquanto a Derrama é um imposto a incidir sobre empresas, que nunca foi cobrado na história de Esposende. E desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial. Esposende infelizmente nem é Famalicão, nem é Maia, esses sim têm Derramas e apesar disso, ao contrário do que o Senhor Arquiteto Morgado disse, no início desta sessão, as grandes empresas correm para lá e não vêm para cá.

Não é assim a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficiou os seus residentes e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem tem aqui uma segunda habitação. Seja nas ruas que temos que limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente as freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais. E portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária, daqueles que vivem a construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente, aqueles que residem fora do concelho e têm cá casas de segunda habitação, é uma opção errada. É uma opção contrária aos interesses de Esposende.

É por isso que nós temos desenvolvido muito menos que todos os outros na nossa envolvente, nomeadamente os concelhos vizinhos.

Por tudo isso, por esta política fiscal errada, o PS vota contra esta proposta, como vota contra as seguintes, da mesma índole fiscal.”-----

03.04 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação



tomada em 28 de novembro de 2024, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior e que, tal deliberação, seja comunicada à Autoridade Tributária até ao próximo dia 31 de dezembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2025 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----
MAIS DELIBEROU QUE, A PRESENTE DELIBERAÇÃO SEJA COMUNICADA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ATÉ AO PRÓXIMO DIA 31 DE DEZEMBRO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“No mandato anterior lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente a receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma. O PS, o tal que nunca propõe nada, e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, foi a primeira deste mandato, voltamos a lançar o repto ao anterior Senhor Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, tendo rejeitado igualmente a nossa proposta. Entende a maioria PSD, que nada necessita ser alterado, como vimos, que repetidamente apresenta as mesmas propostas.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara anterior, que dizia que “A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite”. “Até porque quem paga IRS, (disse noutras ocasiões e disse hoje aqui o Senhor Arquiteto Morgado) ganha um ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica Derrama”.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS que reverte para a Câmara, deve ser devolvido aos contribuintes, entrando por isso na economia, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com um euro de IRS dos contribuintes. A Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo pelos trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.



Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga de infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc. Custos esses suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem cá é residente, até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter. E os que são cá residentes pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte, ou toda a percentagem do valor pago pelos residentes de Esposende a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias, rendimento disponível, para beneficiar famílias e contribuintes de outros concelhos que não o nosso.

Enquanto a Derrama é um imposto a incidir sobre empresas, que nunca foi cobrado na história de Esposende. E desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial. Esposende infelizmente nem é Famalicão, nem é Maia, esses sim têm Derramas e apesar disso, ao contrário do que o Senhor Arquiteto Morgado disse, no início desta sessão, as grandes empresas correm para lá e não vêm para cá.

Não é assim a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficiou os seus residentes e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem tem aqui uma segunda habitação. Seja nas ruas que temos que limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente as freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais. E portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária, daqueles que vivem a construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente, aqueles que residem fora do concelho e têm cá casas de segunda habitação, é uma opção errada. É uma opção contrária aos interesses de Esposende.

É por isso que nós temos desenvolvido muito menos que todos os outros na nossa envolvente, nomeadamente os concelhos vizinhos.

Por tudo isso, por esta política fiscal errada, o PS vota contra esta proposta, como vota contra as seguintes, da mesma índole fiscal.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Como vimos defendendo ao longo do mandato, a Câmara Municipal poderia reduzir progressivamente a taxa de comparticipação do IRS, devolvendo o valor às famílias esposendenses, e compensado a receita que abdicaria do IRS com, por exemplo, o IMI mais elevado para os proprietários com habitação secundária no concelho, relegando a taxa reduzida de IMI apenas para quem tenha habitação própria e permanente em Esposende. Anualmente, conforme propomos, o Município avaliaria a eficácia da redução da taxa de comparticipação. Lamentamos, mais uma vez, a ortodoxia do Município nesta matéria, a qual vai, de resto, ao arrepio da tendência seguida pelos nossos municípios vizinhos, alguns deles liderados pelo PSD.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:



“Voto contra porquanto o município deveria dispensar a totalidade ou parte da participação variável do IRS e, desta forma, introduziria na economia local mais de milhão e meio de euros.”-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Relativamente a esta questão, a nossa posição é a mesma que temos vindo a tomar nos anos anteriores em matéria de participação variável no IRS.

E por isso, defendemos que o valor da participação variável no IRS se deva manter nos 5%, por considerarmos que o IRS é o imposto mais justo na sua distribuição, uma vez que apenas tem impacto junto daqueles que mais ganham, deixando de fora as famílias de menor rendimento que estão isentas desse mesmo imposto.

Nessa medida, reduzir a taxa de participação variável no IRS é o mesmo que retirar recursos ao município que poderiam ser aplicados de forma justa e equitativa sob a forme de apoios diretos, investimento no desenvolvimento do concelho e na melhoria dos serviços prestados aos munícipes.

Por esse motivo, e a pelo facto de no município de Esposende não se aplicar taxa de derrama às empresas e não se aumentar o IMI há largos anos, permitindo por essa via, poupanças aos munícipes, entendemos que se trata de uma receita essencial para reinvestir diretamente em prol da população, ajudando assim, os mais desfavorecidos e os que menos rendimentos têm à sua disposição.

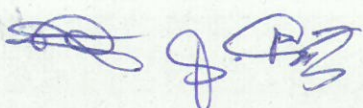
Continuamos por isso a entender que este não é o momento para se reduzir essa taxa e mexer nessa receita. Pois está em causa a redistribuição de montantes entregues pelos que mais recebem por aqueles que menos ganham através de mais investimentos e melhores serviços para todos.

Não pretendemos ser populistas. Somos responsáveis e por isso defendemos que cabe ao Estado, que fica com 95% do valor arrecadado em sede de IRS, devolver rendimentos aos portugueses e não às autarquias que apenas têm 5% desses montantes para reinvestir diretamente nas pessoas.

Por tudo isto, votamos favoravelmente a proposta do município.”-----

03.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Esposende, bem como, de extinção da Unidade de Gestão de Fundos e Instrumentos de Financiamento e, de criação das Unidades Orgânicas Flexíveis de 3º grau referidas na Proposta, e ainda, de definição das respetivas atribuições e competências, conforme proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Esposende constantes do anexo I à Proposta, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----



Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 3 ABSTENÇÕES DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, E ASSIM, APROVAR:

A ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, POR VIA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 200/2006, DE 25 DE OUTUBRO, NOS SEGUINTE TERMOS:

- MANTER O MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTERNA – ESTRUTURA HIERARQUIZADA, CONSTITUÍDA POR UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES E FLEXÍVEIS;

- MANTER A ESTRUTURA NUCLEAR COM 2 (DOIS) DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS:

- DEPARTAMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- DEPARTAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL.

- MANTER O NÚMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DIRIGIDAS POR TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU EM 14 (CATORZE) E AUMENTAR PARA 13 (TREZE) AS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DIRIGIDAS POR TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU;

- QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29/08, AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU, SEJA MANTIDO O ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NO MONTANTE FIXADO PARA O PESSOAL DIRIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, ATRAVÉS DO DESPACHO CONJUNTO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 31.º DA LEI N.º 2/2004, DE 15/01, NA REDAÇÃO ATUAL, SENDO-LHES IGUALMENTE APLICÁVEIS AS CORRESPONDENTES ATUALIZAÇÕES ANUAIS.

MAIS DELIBEROU, APROVAR, CONDICIONADO À APROVAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PREVISTA NO PONTO ANTERIOR, O SEGUINTE:

- A EXTINÇÃO DA UNIDADE DE GESTÃO DE FUNDOS E INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO, ENQUANTO UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU, SENDO INCLUÍDA COMO SERVIÇO NA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO, COM AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS JÁ DEFINIDAS.

- A CRIAÇÃO DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DE 3.º GRAU, DIRIGIDAS POR TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:

- 1) UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, NA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL;
- 2) UNIDADE DE APOIO JURÍDICO, NA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS;
- 3) UNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, NA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA;
- 4) UNIDADE DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVA, NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO;
- 5) UNIDADE DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, NA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO;
- 6) UNIDADE DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, NA DIVISÃO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
- 7) UNIDADE DE CULTURA, NA DIVISÃO DE CULTURA;
- 8) UNIDADE DE DESPORTO, NA DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES;
- 9) UNIDADE DE SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E AUDITORIA, NA DIVISÃO DE SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E AUDITORIA;
- 10) UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA, NA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA;
- 11) UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS, NA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS;
- 12) UNIDADE DE PROJETO, NA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO;
- 13) UNIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, NA DIVISÃO DE SISTEMAS E INFRAESTRUTURAS DE INFORMAÇÃO.

DELIBEROU, AINDA, DEFINIR AS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS, CONFORME PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESPOSENDE CONSTANTE DO ANEXO I À PRESENTE PROPOSTA.--

03.06 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 28º E 29º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2025, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara fôï feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR A PROPOSTA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025, NOS TERMOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Apesar das contratações que a Câmara fez ou herdou, da transferência de competências, o que é certo, é que como já referíamos em 26 de setembro de 2023, as alterações que a Câmara tem feito ao longo dos últimos anos, juntando o pessoal da Câmara, o pessoal das empresas municipais, como a Esposende Ambiente, a Zendensino e a Esposende 2000, no seu universo, mais contratados, assessores, etc, ultrapassa as 1.000 pessoas.

Num concelho como Esposende, é uma brutalidade. Temos um concelho completamente municipalizado, o que põe em causa inclusivamente, a democraticidade, porque é muito difícil, haver política e haver democracia e haver pluralismo, num concelho em que mais de 1.000 pessoas estão diretamente ligadas aos serviços municipais, já não contando as freguesias, e outras instituições e IPSS e outras que estão relacionadas com o poder laranja neste concelho, o que torna, uma verdadeira rede tentacular, em termos de empregos e que põem em causa a real democraticidade no concelho de Esposende.

Está sempre, sempre, sempre a crescer e a engordar o universo de trabalhadores ligados ao Município, ou de contratados, ou de assalariados, ou de assessores nas suas várias formas, ao Município de Esposende.

Nós somos contra, e continuaremos a ser contra um concelho que está a gastar demais em recursos e em despesas correntes e depois, não faz as obras, como todos os anos sabemos, chegamos aqui e no fim do ano, há uma enorme quantidade de obras que ficaram para o ano seguinte, porque não foram executadas. No entanto, quanto há questão das despesas correntes, são sempre gastas, principalmente em pessoal.

Por isso nós somos contra, estas alterações, que estão a municipalizar e a retirar a verdadeira essência democrática ao concelho de Esposende.”-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta da 1ª alteração ao mapa de pessoal para 2025 apresentada pela Câmara Municipal, porquanto:

Tratando-se de um instrumento de Planeamento de Gestão dos Recursos Humanos que se quer previsional e dinâmico, esta proposta visa responder a uma proposta de alteração da estrutura orgânica interna dos serviços municipais por via da reestruturação dos serviços, ao abrigo do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/11 e nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2006 de 25/11.

E por isso, sendo esta uma alteração que visa uma reestruturação interna para garantir a boa prossecução da gestão do pessoal e o bom funcionamento da autarquia face àquelas que são as suas necessidades, votamos favoravelmente a proposta.

Dizer ainda que, contrariamente a outros, não somos adeptos do populismo exacerbado e direcionado. Se o Município viu aumentar o seu número de colaboradores nos últimos anos, esse facto deve-se, desde logo, ao processo de transferência de competências, mas também à forte dinâmica e ao crescimento na oferta de políticas públicas direcionadas para as pessoas. Pelo que é imprescindível manter o bom Planeamento dos Recursos Humanos do município, promovendo as alterações do Mapa de Pessoal necessárias para manter a correta e devida prestação dos serviços à população do concelho.”-----

03.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE SEIS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 1º E 2º GRAU, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 13º DA LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, proposta para constituição do júri para recrutamento de seis titulares de cargos de direção intermédia do 1º e 2º grau, ao abrigo do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29/08. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Francisco Melo questionado em que consistia a categoria de Diretor de Departamento Técnico Operacional. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, referindo que, tal como o próprio nome indicava, se tratava de um Diretor Municipal e por isso, ele iria subentender um conjunto de várias divisões que estão sob a sua responsabilidade direta e por isso, este era um procedimento concursal normal e transparente, que precisava neste momento, fruto do enorme fluxo de trabalho que as várias divisões que dependem dessa Divisão Municipal têm, de uma chefia intermédia que assegure a operacionalização e funcionamento de todas essas divisões. É um dos dois lugares que existem no quadro de pessoal do Município, na estrutura orgânica há dois Diretores Municipais, que estão devidamente identificados e que estão devidamente validados.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DOS RECRUTAMENTOS, CUJOS ELEMENTOS SÃO INDICADOS TENDO EM CONTA OS SEUS RECONHECIDOS MÉRITO PROFISSIONAL, CREDIBILIDADE E INTEGRIDADE PESSOAL, DEMONSTRADOS AO LONGO DAS SUAS CARREIRAS PROFISSIONAIS:

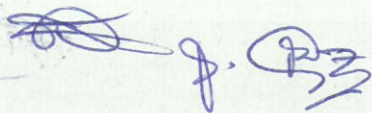
1. DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL:

PRESIDENTE: DR. RUI MANUEL MOUTINHO FERREIRA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, PROJETO E GESTÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE;

VOGAIS EFETIVOS: DR. JOSÉ AGOSTINHO VELOSO DA SILVA, VICE-PRESIDENTE PARA A COORDENAÇÃO JURÍDICA DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE (IPCA) E DR.ª ALZIRA MARIA DE SOUSA TORRES, DIRETORA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGA;

VOGAL SUPLENTE: DR.ª CLARA ALEXANDRA MIRANDA PEREIRA, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE BARCELOS.

2. CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CHEFE DA DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES E CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE,



SUSTENTABILIDADE E AUDITORIA:

PRESIDENTE: DR.^a ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

VOGAIS EFETIVOS: DR.^a PAULA MARLENE PEREIRA LIMA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E ENG. MARTA FILIPA OLIVEIRA BARROS, CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, AMBAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

VOGAL SUPLENTE: ARQ. JOSÉ AURÉLIO ALVES PINHEIRO GARCIA FERNANDES, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

3. CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CHEFE DA DIVISÃO DE SISTEMAS E INFRAESTRUTURAS DE INFORMAÇÃO:

PRESIDENTE: ARQ. JOSÉ AURÉLIO ALVES PINHEIRO GARCIA FERNANDES, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

VOGAIS EFETIVAS: DR.^a ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E ENG. MARTA FILIPA OLIVEIRA BARROS, CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, AMBAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

VOGAL SUPLENTE: DR.^a PAULA MARLENE PEREIRA LIMA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Nós votamos contra, porque esta proposta reflete bem aquilo que o PSD e esta maioria pensa, do Município.

Estamos em casa, é tudo nosso!

O Presidente do júri, é o conhecidíssimo dr. Rui Moutinho. Logo a seguir aparece outro conhecidíssimo, dr. José Agostinho Veloso da Silva, nada mais nada menos, que o Presidente da Comissão Política do PSD.

Não sabemos se o concurso vai ser feito na sede do PSD, ou não, vá lá, o dr. Luis Montenegro não está aqui, se calhar não tinha agenda, anda lá nas aulas de inglês e não poderá estar presente nesta Comissão.

Eu acho que ficava bem ao PSD, ficava bem à Câmara, ficava bem ao novo Presidente da Câmara, mudar este tipo de tática, de que é tudo nosso.

Não pode ser!

Eu não tenho nada contra o dr. Agostinho Silva, que até é uma pessoa que tenho bom relacionamento com ele e consideração pessoal, mas é o Presidente da Comissão Política do PSD, não fica bem.

Portanto nós, quanto mais não seja, por uma questão, é verdade que à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo, também aqui, é preciso ter alguma cautela, para dar pelo menos uma aparência, ainda que não seja, uma aparência de isenção.

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para voltar atrás, para assumir uma falha sua, porque tinha recebido hoje por parte do Dr. Agostinho Silva e do próprio IPKA, a desconsideração e a sua substituição para fazer parte deste júri, pelo que, ele não fará parte do mesmo e, por isso, assumia a sua falha por não ter comunicado no momento oportuno. Mais acrescentou haver um suplente que o substituirá e deixou a ressalva que não classificavam as



peçoas pelo partido político de que fazem parte, classificavam as peçoas pela sua competência, pelo seu profissionalismo e pelo seu rigor.-----

03.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA REGULAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ÁREA, REQUISITOS DE RECRUTAMENTO E PERÍODO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, BEM COMO DA RESPECTIVA REMUNERAÇÃO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 3, DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, proposta para Regulamentação e Definição de Competências, Área, Requisitos de Recrutamento, Período de Experiência Profissional e respetiva Remuneração para Cargos de Direção Intermédia de 3º grau, ao abrigo do disposto no número 3, do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29/08. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, PROCEDER À REGULAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS, DA ÁREA, DOS REQUISITOS DO RECRUTAMENTO, DO PERÍODO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DA RESPECTIVA REMUNERAÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU IDENTIFICADOS NA PROPOSTA, NA NOVA UNIDADE DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO E NA FUTURA UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA, BEM COMO DOS PRINCÍPIOS, REGRAS E RESPONSABILIDADES SUBJACENTES AO EXERCÍCIO DOS REFERIDOS CARGOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3, DO ARTIGO 4.º, DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, DE ACORDO COM O SEGUINTE:

1. CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:

AOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU CORRESPONDEM AS FUNÇÕES DE DIREÇÃO, GESTÃO, COORDENAÇÃO E CONTROLO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, COM NÍVEIS DE AUTONOMIA, RESPONSABILIDADE E DIMENSÃO APROPRIADA.

2. MISSÃO:

É MISSÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU GARANTIR O



DESENVOLVIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES COMETIDAS À UNIDADE ORGÂNICA QUE DIRIGEM, ASSEGURANDO O SEU BOM DESEMPENHO, ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS E PROMOVEDO A SATISFAÇÃO DOS DESTINATÁRIOS DA SUA ATIVIDADE, DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DO MUNICÍPIO.

4. PRINCÍPIOS GERAIS DE ÉTICA:

OS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DEVEM OBSERVAR OS VALORES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA LEI, DESIGNADAMENTE OS DA LEGALIDADE, JUSTIÇA E IMPARCIALIDADE, COMPETÊNCIA RESPONSABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E BOA-FÉ, DE MODO A ASSEGURAR O RESPEITO E A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS EM GERAL.

5. PRINCÍPIOS DE GESTÃO:

5.1. OS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DEVEM PROMOVER UMA GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS, DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ANUAIS A ATINGIR E AS FUNÇÕES DEFINIDAS, PREVENDO OS RECURSOS A UTILIZAR E AVALIANDO SISTEMATICAMENTE OS RESULTADOS DA ATIVIDADE.

5.2. A ATUAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DEVE SER ORIENTADA POR CRITÉRIOS DE QUALIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO EFICAZ BEM COMO DE APROXIMAÇÃO AOS DESTINATÁRIOS DA SUA ATIVIDADE.

5.3. A ATUAÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU DEVE SER PROMOTORA DA MOTIVAÇÃO E EMPENHO DOS SEUS COLABORADORES, BEM COMO DA BOA IMAGEM DO MUNICÍPIO, IDENTIFICANDO NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL E PROMOVEDO AÇÕES DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO COMPATÍVEIS COM A MELHORIA DAS COMPETÊNCIAS DOS TRABALHADORES E O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS.

6. COMPETÊNCIAS:

6.1. AOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU COMPETE COADJUVAR O PRESIDENTE DA CÂMARA, OU OS VEREADORES DOS PELOUROS OU OS DIRIGENTES DE GRAU SUPERIOR DE QUE DEPENDAM DIRETAMENTE, BEM COMO COORDENAR AS ATIVIDADES E GERIR OS RECURSOS DE UMA UNIDADE ORGÂNICA, PARA A QUAL SE REVELE ADEQUADA A EXISTÊNCIA DESTE NÍVEL DE DIREÇÃO.

6.2. AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU APLICAM-SE, SUPLETIVAMENTE, AS COMPETÊNCIAS DO PESSOAL DIRIGENTE PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, COM AS NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES, BEM COMO AS COMPETÊNCIAS DEFINIDAS NO REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS APROVADO PELA PORTARIA N.º 214/2024/1, DE 20/09, NOMEADAMENTE GESTÃO E DIREÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, LIDERANÇA, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, VISÃO ESTRATÉGICA.

7. ÁREA E REQUISITOS DE RECRUTAMENTO:

7.1. OS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU SÃO RECRUTADOS ATRAVÉS DE PROCESSO ADEQUADO DE RECRUTAMENTO, NOS TERMOS LEGAIS APLICÁVEIS, DE ENTRE TRABALHADORES COM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, DOTADOS DE

COMPETÊNCIA TÉCNICA E APTIDÃO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E CONTROLE, QUE REÚNAM, CUMULATIVAMENTE, OS SEGUINTE REQUISITOS:

A) HABILITAÇÕES ACADÉMICAS AO NÍVEL DA LICENCIATURA ADEQUADA AO CARGO A PROVER;

B) DOIS ANOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM FUNÇÕES, CARGOS, CARREIRAS OU CATEGORIAS PARA CUJO EXERCÍCIO OU PROVIMENTO SEJA EXIGÍVEL A HABILITAÇÃO REFERIDA NA ALÍNEA ANTERIOR;

C) DOIS ANOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CARGO A PROVER;

D) FORMAÇÃO ADEQUADA AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO CARGO A PROVER.

7.2. OS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU SÃO NOMEADOS POR DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR UM PERÍODO DE TRÊS ANOS, RENOVÁVEL POR IGUAIS PERÍODOS DE TEMPO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 22.º E 23.º DA LEI N.º 2/2004, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

7.3. OS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU PODEM SER EXERCIDOS EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 27.º, DA LEI N.º 2/2004, CONJUGADO COM O ARTIGO 19.º, DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, AMBAS NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

8. ESTATUTO REMUNERATÓRIO:

A REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE A PROVER SERÁ FIXADA NA 6.ª POSIÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3, DO ARTIGO 4.º, DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.

9. COMPOSIÇÃO DO JÚRI:

9.1. O JÚRI DE RECRUTAMENTO É COMPOSTO POR UM PRESIDENTE E DOIS VOGAIS, EM QUE O PRESIDENTE É DESIGNADO DE ENTRE PERSONALIDADES DE RECONHECIDOS MÉRITO PROFISSIONAL, CREDIBILIDADE E INTEGRIDADE PESSOAL E OS VOGAIS SÃO DESIGNADOS DE ENTRE PERSONALIDADES DE RECONHECIDOS MÉRITO PROFISSIONAL, CREDIBILIDADE E INTEGRIDADE PESSOAL, CUJA ATIVIDADE SEJA OU TENHA SIDO EXERCIDA PREFERENCIALMENTE NA ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS OU DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AUTÁRQUICA, CONFORME DISPÕEM OS N.ºS 2 E 3, DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.

9.2. PARA A UNIDADE DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO PROPÕE-SE QUE A COMPOSIÇÃO DO JÚRI SEJA A SEGUINTE: PRESIDENTE: DR.ª ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL; VOGAIS EFETIVOS: DR.ª PAULA MARLENE PEREIRA LIMA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E ENG.ª MARTA FILIPA PEREIRA BARROS, CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO; VOGAL SUPLENTE: ARQ. TO JOSÉ AURÉLIO ALVES PINHEIRO GARCIA FERNANDES, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA;

9.3. PARA A UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA PROPÕE-SE QUE INTEGREM O JÚRI OS SEGUINTE ELEMENTOS:



PRESIDENTE: ARQ.TO JOSÉ AURÉLIO ALVES PINHEIRO GARCIA FERNANDES, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA; VOGAIS EFETIVOS: ENG.^a MARTA FILIPA OLIVEIRA BARROS, CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO E DR.^a ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL; VOGAL SUPLENTE: DR.^a PAULA MARLENE PEREIRA LIMA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA.

10. RESPONSABILIDADE:

NO EXERCÍCIO DAS SUAS FUNÇÕES, OS TITULARES DE CARGOS DIRIGENTES SÃO RESPONSÁVEIS, CIVIL, CRIMINAL, DISCIPLINAR E FINANCEIRAMENTE, NOS TERMOS DA LEI.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. EM TUDO QUE NÃO ESTEJA EXPRESSAMENTE AQUI PREVISTO, APLICA-SE O DISPOSTO NA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, E NA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, COM AS SUCESSIVAS ALTERAÇÕES.

11.2. O PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SUPRA IDENTIFICADOS FICA DEPENDENTE DA PUBLICAÇÃO, EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.-----

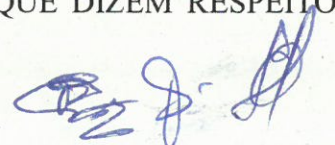
03.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ISENÇÃO DE 50% DAS TAXAS MUNICIPAIS NA FEIRA QUINZENAL DURANTE OS MESES DE JANEIRO A MAIO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão para aprovação, proposta da Câmara Municipal no sentido de conceder aos respetivos feirantes, nos meses de janeiro a maio de 2025, a isenção de 50% da taxa municipal referente à ocupação permanente e ocasional, por dia e por m2, prevista nos pontos 1 e 2 do artigo 26.º da Secção II do Capítulo VIII do Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, e que dizem respeito aos lugares de terrado existentes na Feira Quinzenal. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CONCESSÃO, AOS RESPETIVOS FEIRANTES, NOS MESES DE JANEIRO A MAIO DE 2025, DA ISENÇÃO DE 50% DA TAXA MUNICIPAL REFERENTE À OCUPAÇÃO PERMANENTE E OCASIONAL, POR DIA E POR M2, PREVISTA NOS PONTOS 1 E 2 DO ARTIGO 26.º DA SECÇÃO II DO CAPÍTULO VIII DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, E QUE DIZEM RESPEITO



AOS LUGARES DE TERRADO EXISTENTES NA FEIRA QUINZENAL.-----

03.10 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COMO MUNICÍPIO/ASSOCIADO FUNDADOR NA CONSTITUIÇÃO DA AMPC - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO, NOS TERMOS DA ALÍNEA U), DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão para aprovação, os Estatutos e Proposta de participação do Município como Município/Associado Fundador na Constituição da AMPC - Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

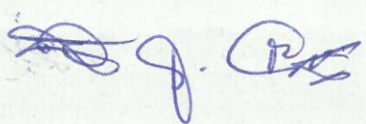
Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COMO MUNICÍPIO/ASSOCIADO FUNDADOR NA CONSTITUIÇÃO DA AMPC - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA ALÍNEA U), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, DO ANEXO I, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.-----

03.11 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA, I.P.R.L., BEM COMO AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DA MESMA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Adenda ao Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de projetos educativos e culturais na área no Município de Esposende para o ano de 2024, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----



Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA, PARA O ALARGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024 (CF. ANEXO À PROPOSTA) COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DA MESMA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.12 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2025, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA, I.P.R.L., BEM COMO AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 10 de dezembro de 2024, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de projetos educativos e culturais na área no Município de Esposende para o ano de 2025, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA



DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2025(CF. ANEXO À PROPOSTA), ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Como já referimos em declaração de voto idêntica de há um ano, porque tudo é idêntico nesta Câmara, nada muda, as empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente, quando foram criadas, foi com o objetivo de agilizar uma parte de área de serviços municipais e ao mesmo tempo reduzir custos. O que acontece é que todos os objetivos iniciais ou quase todos, foram deturpados e hoje, as empresas municipais são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, que é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços. Tudo isso e quem é, e se a quantidade é necessária ou não, isso não importa.

Tudo isso é pago por todos nós, contribuintes, os consumidores da fatura de água, elevadíssima, neste concelho e nos serviços que pagamos.

Por isso nós somos contra e não podemos admitir, não podemos compactuar e temos de denunciar esse estado de situação no nosso concelho. Tudo isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos. E como referi há pouco, relativamente à contratação de pessoal pela Câmara e por todas as empresas municipais que gravitam à sua volta, já vai em mais de mil pessoas, direta e indiretamente ligadas à Câmara, o que, juntando as suas famílias, estamos a falar de um universo que completamente municipalizou este concelho, com graves consequências para todos nós, e que é típico em concelhos mais atrasados e não em concelhos do litoral, desenvolvidos.”-----

03.13 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato-Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos sociais e desportivos para o ano de 2025. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----



Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Como já referimos em declaração de voto idêntica de há um ano, porque tudo é idêntico nesta Câmara, nada muda, as empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente, quando foram criadas, foi com o objetivo de agilizar uma parte de área de serviços municipais e ao mesmo tempo reduzir custos. O que acontece é que todos os objetivos iniciais ou quase todos, foram deturpados e hoje, as empresas municipais são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, que é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços. Tudo isso e quem é, e se a quantidade é necessária ou não, isso não importa.

Tudo isso é pago por todos nós, contribuintes, os consumidores da fatura de água, elevadíssima, neste concelho e nos serviços que pagamos.

Por isso nós somos contra e não podemos admitir, não podemos compactuar e temos de denunciar esse estado de situação no nosso concelho. Tudo isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos. E como referi há pouco, relativamente à contratação de pessoal pela Câmara e por todas as empresas municipais que gravitam à sua volta, já vai em mais de mil pessoas, direta e indiretamente ligadas à Câmara, o que, juntando as suas famílias, estamos a falar de um universo que completamente municipalizou este concelho, com graves consequências para todos nós, e que é típico em concelhos mais atrasados e não em concelhos do litoral, desenvolvidos.”-----

03.14 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende para o ano de 2025. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Como já referimos em declaração de voto idêntica de há um ano, porque tudo é idêntico nesta Câmara, nada muda, as empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente, quando foram criadas, foi com o objetivo de agilizar uma parte de área de serviços municipais e ao mesmo tempo reduzir custos. O que acontece é que todos os objetivos iniciais ou quase todos, foram deturpados e hoje, as empresas municipais são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, que é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços. Tudo isso e quem é, e se a quantidade é necessária ou não, isso não importa.

Tudo isso é pago por todos nós, contribuintes, os consumidores da fatura de água, elevadíssima, neste concelho e nos serviços que pagamos.

Por isso nós somos contra e não podemos admitir, não podemos compactuar e temos de denunciar esse estado de situação no nosso concelho. Tudo isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos. E como referi há pouco, relativamente à contratação de pessoal pela Câmara e por todas as empresas municipais que gravitam à sua volta, já vai em mais de mil pessoas, direta e indiretamente ligadas à Câmara, o que, juntando as suas famílias, estamos a falar de um universo que completamente municipalizou este concelho, com graves consequências para todos nós, e que é típico em concelhos mais atrasados e não em concelhos do litoral, desenvolvidos.”-----

03.15 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----



De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende para o ano de 2025. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES ANABELA SOLINHO E MARCELINO CUNHA, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Como já referimos em declaração de voto idêntica de há um ano, porque tudo é idêntico nesta Câmara, nada muda, as empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente, quando foram criadas, foi com o objetivo de agilizar uma parte de área de serviços municipais e ao mesmo tempo reduzir custos. O que acontece é que todos os objetivos iniciais ou quase todos, foram deturpados e hoje, as empresas municipais são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, que é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços. Tudo isso e quem é, e se a quantidade é necessária ou não, isso não importa.

Tudo isso é pago por todos nós, contribuintes, os consumidores da fatura de água, elevadíssima, neste concelho e nos serviços que pagamos.

Por isso nós somos contra e não podemos admitir, não podemos compactuar e temos de denunciar esse estado de situação no nosso concelho. Tudo isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos. E como referi há pouco, relativamente à contratação de pessoal pela Câmara e por todas as empresas municipais que gravitam à sua volta, já vai em mais de mil pessoas, direta e indiretamente ligadas à Câmara, o que, juntando as suas famílias, estamos a falar de um universo que completamente municipalizou este concelho, com graves consequências para todos nós, e que é típico em concelhos mais atrasados e não em concelhos do litoral, desenvolvidos.”-----

03.16 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS POR PARTE DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M..-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de novembro de 2024, foi presente na sessão, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, proposta para autorização, para assunção de compromissos plurianuais por parte da EAmb – Esposende Ambiente, EM, conforme decorre do PPI 2025_2027, de onde resultam para a empresa municipal responsabilidades financeiras que ultrapassam o orçamento anual. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS POR PARTE DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM, CONFORME DECORRE DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2025_2027, DE ONDE RESULTAM PARA A EMPRESA MUNICIPAL RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS QUE ULTRAPASSAM O ORÇAMENTO ANUAL.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedida.-----

03.17 - PARA CONHECIMENTO:

03.17.01 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 1º SEMESTRE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO. -----

03.17.02 - CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.17.03 - APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

03.17.04 - RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E DAS CONSELHEIRAS LOCAIS PARA A IGUALDADE.-----

03.17.05 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO.:-----

- . ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M:**
 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025.-----**
 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2024.---**
- . EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:**
 - RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE – 2023.-----**
 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE 2024.---**
 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2025.--**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento: Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira Semestral, do Município de Esposende – 1º semestre de 2024, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela lei 51/2018, de 16 de agosto; Contratos de Investimento ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento; Apoios concedidos às Juntas de Freguesia relativos ao último semestre de 2024, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia; Retificação à proposta de Aprovação da Equipa para a Igualdade na Vida Local do Município de Esposende e das Conselheiras Locais para a Igualdade; Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2025 e Relatório de Execução Orçamental – 3º Trimestre de 2024, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, bem como, Relatório de Sustentabilidade – 2023; Relatório de Execução Orçamental – 1º semestre 2024 e Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2025 da empresa municipal Esposende Ambiente, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,

Altio de Silva Baptista

A Primeira Secretária,

Japurelles

O Segundo Secretário,

Baltasar Costa